

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências Programa de
Pós Graduação em Ciências Sociais
Campus de Marília

**“CONSCIÊNCIA, NEWS E GLAMOUR”: A INTERNET COMO
ESPAÇO ALTERNATIVO DE SOCIABILIDADE E ATIVISMO
ENTRE PESSOAS TRANS**

Késia Maria Maximiano de Melo

Marília
2016
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Filosofia e Ciências Programa
de Pós Graduação em Ciências Sociais
Campus de Marília

“*CONSCIÊNCIA, NEWS E GLAMOUR*”: A INTERNET COMO
ESPAÇO ALTERNATIVO DE SOCIABILIDADE E ATIVISMO
ENTRE PESSOAS TRANS

Késia Maria Maximiano de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/UNESP – Campus Marília, como requisito para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Orientadora: Prof. Dr. Larissa Maués Pelucio Silva.

Marília
2016

Melo, Késia Maria Maximiano de.

M528c “Consciência, news e glamour”: a Internet como espaço alternativo de sociabilidade e ativismo entre pessoas trans / Késia Maria Maximiano de Melo. – Marília, 2016. 111 f. ; 30 cm.

Orientadora: Larissa Maués Pelucio Silva.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 104-111

1. Redes sociais on-line. 2. Mídia digital. 3. Pessoas LGBT. 4. Movimentos sociais urbanos. 5. Sociabilidade. I. Título.

CDD 306.766

Ficha catalográfica elaborada por
André Sávio Craveiro Bueno
CRB 8/8211
Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

KÉSIA MARIA MAXIMIANO DE MELO

“CONSCIÊNCIA, NEWS E GLAMOUR”: A INTERNET COMO ESPAÇO ALTERNATIVO DE SOCIABILIDADE E ATIVISMO ENTRE PESSOAS TRANS

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Cultura, Identidade e Memória

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Larissa Maués Pelucio Silva

Livre-Docente em estudos de gênero, sexualidade e teorias feministas.
Faculdade de Filosofia e Ciência. Universidade Estadual Paulista.

2º Examinador:

Heloísa Pait

Doutora em Sociologia

Faculdade de Filosofia e Ciência. Universidade Estadual Paulista

3º Examinador:

Jorge Alberto Silva Machado

Doutor em Sociologia

Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Univesidade de São Paulo.

Marília, 22 de fevereiro de 2016 .

Às incansáveis ativistas trans, que existem e resistem, diariamente.

À Clarisse (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço às rupturas e permanências, aos encontros e desencontros, às idas e vindas e, sobretudo, às transformações que fizeram parte da caminhada norteada pelo processo de construção dessa pesquisa.

Há sempre tanto a agradecer àqueles que fizeram parte de forma direta à construção desse trabalho, mas não se trata apenas “disso”. O que permeia, de alguma forma compõe. E é à composição que devo esse agradecimento.

Agradeço, portanto, àqueles que sempre me compuseram:

À Quitéria Maximiano e Robson Tenório, meus pais, sem os quais não teria iniciado os primeiros passos das tantas estradas.

Ao meu avô Rodrigo Pereira Tenório, luz e inspiração. Quem me ensina a cada encontro sobre o amor, sobre a vida e sobre a liberdade e a responsabilidade das escolhas.

Aos amigos sempre presentes, que carrego comigo por onde quer que eu caminhe: Yolanda Barros, Rodrigo Alves, Carolina Serafim, Elizabeth Silva, Lissandra Barbosa (e Heitor pelo sorriso diário no meu celular), Camila Fernandes, Andreia Fernandes, Thais de Biagi, Sandra Aiache, Gustavo Monzeli, Jarissa Santos. Agradeço por potencializar o que há de melhor em mim.

Aos queridos marilienses (ou nem tão marilienses assim), que me acolheram no que por tantos meses foi o meu novo lar, com quem ri e chorei diante das tantas mudanças que o mestrado trouxe pra minha vida: Camila Rodrigues, Cadu Machado, Franz Cesarinho, Juliana Laet, Aline Barbosa, Lays Mazoti, Egor Borges, Thiago Bispo.

Aos queridos da Aldeia Tupiniquim, grande presente que surgiu no meio do caminho, onde venho descobrindo a magia dos dias, dos afetos, dos aprendizados. Em especial: Ricardo Barreira, Mariana Condomitti, Ágata Zanatta, Dani Nunes.

À Larissa Pelucio, mais que orientadora, grande amiga e parceira, com quem construí não só uma dissertação, mas o afeto, o cuidado, o respeito.

Às informantes dessa pesquisa, pela disponibilidade, paciência, pelas trocas, pelo aprendizado.

Às importantes e cuidadosas contribuições dos professores Luis Antônio Francisco e Heloísa Pait, na banca de qualificação. Também à Professora Heloísa Pait e ao Professor Jorge Machado, pela disponibilidade de composição da banca de defesa.

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília pelo espaço institucional para o desenvolvimento do trabalho.

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo central a compreensão do modo pelo qual as pessoas trans têm se apropriado de espaços *online* de interação a fim de fomentar debates políticos, e tecer redes de solidariedade e sociabilidade, e de que forma essas interlocuções repercutem na formação de uma consciência política em torno dos direitos dessas pessoas. Para tal, parto da investigação da proliferação desses espaços, tomando como ponto de partida um grupo da plataforma *Facebook*, (mas não permanecendo apenas nele), visto não somente o quantitativo de membros no grupo, mas, principalmente, as temáticas frequentemente discutidas e a participação ativa de um elevado número de participantes nas discussões. Utilizo-me da etnografia multissituada como aporte teóricometodológico, especialmente no que diz respeito ao entrecruzamento entre as interações *on* e *offline*, tendo em vista que o acesso a novas possibilidades tecnológicas e a novos espaços de discussão, associada a transformações sociais e políticas tendem a modificar a forma com que as pessoas trans experienciam os sentidos atribuídos ao ser e se tornar pessoa trans, e a buscar alternativas de enfrentamento em relação aos mecanismos que garantem a delimitação de espaços, dinâmicas e direitos. Desse modo, ao buscar analisar os discursos que são acionados a partir das discussões nesses espaços e a forma com que eles marcam espaços *offline* de interação, utilizo-me do referencial teórico *Queer*, e dos estudos feministas, além do estudo sócio antropológico sobre mídias digitais.

Palavras-chave: Teoria Queer – Mídias Digitais – Pessoas Trans – Sociabilidades – Articulação Política

Abstract: This research aimed to understand the way in which trans people have appropriated online spaces of interaction in order to foment political debates, and to create networks of solidarity and sociability, and in what way these interlocutions have repercussions in the formation of a political awareness of the rights of these people. To do so, I proceed from the investigation of the proliferation of these spaces, taking as a starting point a group of the Facebook platform, (but not remaining only in it), seen not only the number of members in the group, but mainly the topics often discussed and the active participation of a large number of participants in the discussions. I use multi-situational ethnography as a theoretical and methodological contribution, especially in relation to the interlinking between on and offline interactions, given that access to new technological possibilities and new spaces of discussion, associated with social and political transformations tend to to change the way in which trans people experience the meanings attributed to being and become a trans person, and to seek alternatives to coping with the mechanisms that guarantee the delimitation of spaces, dynamics and rights. Thus, in seeking to analyze the discourses that are triggered from the discussions in these spaces and the way in which they mark offline spaces of interaction, I use Queer's theoretical framework and feminist studies, as well as the anthropological socio-digital study on digital media . **Keywords:** Queer Theory - Digital Media - People Trans - Sociabilities - Political Articulation

SUMÁRIO

Introdução.....	9
O <i>Facebook</i> e o uso das mídias digitais na atualidade.....	16
Escolhas teóricas e metodológicas.....	19
Desafios etnográficos: Algumas notas de campo.....	26
Capítulo I: Bafões online ou sobre quantas vivências trans podem ser encontradas em um “search”	36
Capítulo II: “E essa tal militância de <i>Facebook</i>?”: Sobre quantas <i>hashtags</i> são necessárias para compor uma luta legítima.....	57
Cidadanias Precárias.....	58
Política da Identidade x Política da diferença.....	61
Entre o “real” e o “virtual”: Tensões e conflitos.....	78
Capítulo III: A academia na militância e a militância na academia.....	85
Considerações Finais.....	99
Referências Bibliográficas.....	104

INTRODUÇÃO

Meninas ainda bem q conseguimos fazer um novo grupo pra continuarmos com as nossas discursões, eu fiquei muito chateada com ele ter sido deletado pq é o único grupo q eu achu q conversa sobre os nossos problemas, eu to cansada de gente ht¹ me dizendo oq eu tenho q fazer, esses políticos querendo q a gente suma, minhas amigas tudo morrendo, eu to de saco cheio de ser o traveco, ate algumas q são miinhas irmãs ficam colocando a gente pra baixo, ja não basta esses evangélicos, desculpa o desabafo mas eu to cansada, so queria viver como todo mundo.²

(Postagem de Sofia em um grupo no *Facebook*)

www.facebook.com.br. Travestis e transexuais. Search. Páginas, perfis, grupos. Esse foi o caminho que Sofia percorreu ao tentar encontrar espaços na plataforma *online* em que pudesse compartilhar suas experiências, falar sobre suas demandas, e que encontrasse legitimidade nas suas inquietações, a partir da semelhança com a vivência de outras pessoas.

Sofia se identifica como travesti, tem 26 anos, marcas de facada por várias partes do corpo e uma imensa nostalgia por tudo que não viveu: o acolhimento da família, os corredores da escola, a escolha por uma profissão. Vive cotidianamente a violência das ruas, e imprime em seu corpo o estigma da abjeção³ e de uma vida precarizada no que diz respeito aos acessos a bens e serviços. Vivências como essas são expostas por ela cotidianamente em seu perfil no *Facebook*,

¹ Abreviação para o termo “heterossexual”

² Todas as falas encontradas nesse texto, originadas de postagens em páginas, grupos, bem como de perfis pessoais e conversas em chats privados (“inbox”), estão grafadas em itálico, e sem qualquer alteração em relação a forma com que originalmente foram escritas. Tendo em vista a necessidade de manter o anonimato das interlocutoras e interlocutores que contribuíram e vem contribuindo com essa pesquisa, seus nomes foram alterados.

³ Para Butler, os corpos abjetos não encontrariam legitimidade social por não se referenciarem nos ideais hegemônicos de gênero, sexualidade e raça, por exemplo. Daí não conseguirem se materializar, no sentido de não terem relevância político-social, o que levaria essas pessoas a perderem, pelo menos parcialmente, seu status humano (Butler. 2002).

criado há cerca de dois anos, quando comprou um celular com sistema *android*⁴, motivada pelas amigas que sempre comentavam sobre como era bom “*dar close e brigar com essas bixas que nunca foram pra rua, mas juram que são travas*”⁵, além dos usos em geral que faziam da plataforma. Sofia também afirma querer entrar em contato “*com o que vem acontecendo atualmente no mundo das travestis e lutar pra ter uma vida digna*”⁶.

Postagens e experiências como as de Sofia norteiam várias das questões que trago nessa dissertação. Meus esforços de pesquisa concentram-se na compreensão do modo pelo qual as pessoas trans, aquelas que em suas formas de identificação de gênero não encontram coerência na ordem compulsória “sexo cromossômico – gênero, têm se apropriado de espaços online a fim de fomentar debates políticos, tecer redes de solidariedade e sociabilidade entre si, mas também com acadêmicos/as e militantes de movimentos sociais, e em como essas interações tem produzido novas formas de militância e repercutido em suas vidas off-line. Os usos desses espaços se mostram atravessados por disputas identitárias, intensas negociações sobre o que é legítimo no que diz respeito a “ser uma pessoa trans de verdade”, o que se estende para debates centrais sobre a criação de lugares de fala das múltiplas identidades trans e nas formas de se fazer militância, marcados especialmente por uma nova geração de pessoas trans que ampliam seus espaços de transito e sociabilidade, e que se utilizam da internet para criar debates com desdobramentos políticos a partir da produção de visibilidade em torno das suas vivências cotidianas.

⁴ O Android é um sistema operacional open-source, baseado em Linux, destinado a equipamentos móveis. Desenvolvido inicialmente pela Google e posteriormente pela Open Handset Alliance, o sistema possui uma rica e atraente interface gráfica, que apresenta uma grande diversidade de aplicações, navegador de internet, banco de dados integrado, jogos, integração com outros sistemas, como GPS, conectividades diversas, como Bluetooth, EDGE, 3G e Wi-Fi e entre outras características. A plataforma de desenvolvimento do Android permite o desenvolvimento e integração de aplicações na linguagem de programação Java, controlando os dispositivos através de bibliotecas desenvolvidas pela Google. (SCOTA, ANDRADE e XAVIER; 2010) ⁵ Fala retiradas de conversa inbox em chat privado do *Facebook*. ⁶ Fala retiradas de conversa *inbox* em chat privado do *Facebook*.

Enfatizo que entendo por discussão política, dentro dessa pesquisa, não somente temáticas relacionadas aos movimentos sociais ou partidários, mas, sobretudo, questões referentes a (re)elaborações de estratégias de enfrentamentos referentes ao estigma, violência, acessos a bens e serviços como saúde, assistências social, entre outros. Nesta chave, considero ainda, as reivindicações relativas a questões cotidianas como uso e transformação dos corpos, preconceitos de diversas ordens, inserção do mercado de trabalho, bem como os debates sobre prostituição.

Embora tenha partido de uma investigação inicial que pretendia compreender como as travestis têm se apropriado do uso do *Facebook* a fim de construir espaços de resistência política, o campo me mostrou que nesses espaços de interação não há uma delimitação clara sobre discursos específicos de pessoas travestis, e que, para além disso, as pessoas trans em geral tem se utilizado do *Facebook* para diversos fins. Centralizo meus esforços de pesquisa, portanto, nas interações que partem de debates acionados por discursos de construção de uma visibilidade em torno dos direitos e das suas demandas por reconhecimento social e, principalmente, por cidadania.

Meu projeto inicial de pesquisa, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na UNESP de Marília visava à compreensão sobre o processo de construção de travestilidades⁵ no contexto familiar. Ao elaborar esse problema de pesquisa, tomei como ponto de partida a ideia de que as travestis iniciam o seu processo de transformação corporal quando ainda estão no espaço doméstico, e que não há apoio da família nesse processo. À medida que

⁵ Compartilho da definição criada por Peres (2005), e adotada por diferentes pesquisadoras/es tais como Pelúcio (2005), Duque (2009), entre outros, e que hoje compõe também o vocabulário de muitas travestis e transexuais fora e dentro do movimento organizado, entendo que a experiência travesti é atravessada por outros marcadores sociais como classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, escolaridade, estilo corporal, entre outros que pluralizam a vivência destas pessoas, muitas vezes entendidas apenas e unicamente a partir do gênero ou da sexualidade.

me aproximei de uma perspectiva teórica que trabalha a partir dos descentramentos das concepções hegemônicas da ordem social, percebi que estava partindo de um modelo naturalizado de família, restrita aos marcos da heterossexualidade, e à ideia de que a família é um lugar de proteção, educação e cuidado, e, além disso, tomando as vivências como homogêneas.

As vivências de constituição de travestilidades extrapolavam os espaços clássicos de sociabilidade, tais como as esquinas, e outros campos vinham emergindo como lócus de constituição identitária, e de articulação em torno de possibilidades reivindicatórias. Assim, ao perceber a internet como um campo em constituição no que diz respeito às possibilidades de debates em torno dos direitos, e a apropriação de recursos tecnológicos como forma não somente de sociabilidade, mas de ativismo político, constatamos a emergência da compreensão sobre como as travestis vinham se utilizando das interações online como forma de resistência.

Assim, tomei inicialmente como campo privilegiado de estudo, nessa pesquisa, o grupo *Mundo T-GIRL (Travestis e Transexuais)*. A escolha desse grupo se deu a partir de um levantamento inicial sobre o quantitativo de grupos ativos tomando como ponto de partida palavras-chave como “travestis”, “transexuais” e “travestis e transexuais”, e do mapeamento de grupos com maior fluxo de interações. Assim, interessei-me pelo grupo, principalmente, pelos conteúdos postados, as temáticas frequentemente discutidas, o número elevado de participantes (que no início na pesquisa correspondia a quase 10.000) tanto da frequência das postagens, quanto da multiplicidade de usuários que participavam dos tópicos por meio dessas interações. No decorrer da pesquisa, percebi que as questões que emergiam do campo extrapolavam os debates propostos em um único grupo, me conduzindo a outros espaços dentro e fora da plataforma, e a outras problemáticas, centradas especialmente nas disputas e negociações em torno das novas formas de militância, categorias identitárias e em como o uso das mídias digitais

tem tido lugar central na visibilidade de novas formas de protagonismo político. Alguns espaços já existiam quando me inseri no campo, e outros foram criados por pessoas trans ao longo da pesquisa. Descrevo mais criteriosamente o campo ainda nesta introdução.

É importante ressaltar que quando utilizo o termo “Pessoas trans”⁶, o faço como forma de abarcar as múltiplas vivências de gênero que não se enquadram nos modelos binários, tais como mulheres transexuais – ou mulheres trans, travestis, homens transexuais – ou homens trans, e os diversos outros que surgem no campo dessa pesquisa.

A crescente criação de novos espaços de interação dentro do *Facebook* para discussões entre pessoas trans apontam que o número de grupos de discussão e páginas vem se expandindo de forma intensa, o que, provavelmente, acompanha o crescimento da adesão de perfis na plataforma, mas também aponta para o fato de que as pessoas trans têm procurado não somente aderir ao uso desses espaços, como criar novos, onde procuram expressar interesses específicos, gerar discussões políticas e, inclusive, mobilizar todo um aprendizado do “ser trans”. Assim, diferentemente do que etnografias sobre travestis, por exemplo, realizadas entre os anos de 1993 e 2012 mostram (SILVA, 1993; KULICK, 1998;

BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2009; DUQUE, 2010), a “esquina”, como espaço de prostituição e sociabilidade, deixa de ser o único lugar onde travestis desenvolvem um senso de pertencimento (Pelúcio, 2009, p. 70). A partir dos primeiros anos deste século, pautas reivindicatórias em torno das questões de cidadania começaram a ganhar visibilidade dentro e fora do movimento LGBT⁷, não mais pela pauta da saúde, sobretudo da prevenção em DST e

⁶ O termo começou a ser amplamente difundido nos debates trans online, em 2013, a partir da proposição na postagem de um blog de grande circulação nesses debates, o *Transfeminismo – Feminismo interseccional relacionado às questões trans*. É ainda uma forma de escapar das denominações classificatórias que podem resultar na exclusão de algumas vivências de gênero. (Para ver mais: <http://transfeminismo.com/trans-umbrellaterm/>)

⁷ Historicamente, a sigla desse movimento social sofreu e sofre variações. Atualmente, o termo utilizado no Brasil é LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

aids, como assitou-se no Brasil durante os anos de 1990, mas pela via da educação e da justiça. Tomo como marco o ano de 2004, quando da implementação do programa do Governo Federal *Brasil sem Homofobia*, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República⁸. Talvez, uma das mais efetivas ações do Programa, tenha sido a promoção da I e II Conferência Nacional LGBT, em 2008 e 2011, respectivamente, reunindo um grande número de ativista e militantes, além de pessoas vindas da academia, de outros movimentos sociais e atraindo interesse da grande mídia¹¹.

Embora haja um intenso campo de disputas no movimento LGBT, foi a partir dele que a Rede Nacional de Travestis (RENATA) foi criada, originando uma possibilidade direta de articulação entre as travestis – e de um modo geral, as pessoas trans - e o poder público, resultando, entre outros, na visibilidade de algumas lideranças, dentro do movimento.

Embora algumas lideranças históricas do movimento trans no Brasil também estejam criando páginas e grupos, propondo elas também debates no *Facebook*, e algumas interajam no grupo com certa frequência, não são elas que mobilizam os tópicos de maior repercussão, demonstrando que essas discussões tem tido um alcance para além do movimento trans, evidenciando inclusive, que o caráter polifônico da rede modifica as dinâmicas e as interações nessa direção.

Em suas reflexões, Carvalho (2011) utiliza-se do termo “movimento trans” para referir-se ao movimento de travestis e transexuais, no Brasil. O autor discute que após a proposição de militantes internacionais acerca da inserção do termo “transgênero” como forma de adequar os termos utilizados no Brasil àqueles utilizados internacionalmente, e do intenso debate acerca

⁸ Criada com status de ministério pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997. ¹¹ Para uma discussão crítica e pormenorizada dos resultados destas Conferências ver Melo, Avelar e Maroja, 2012.

da repercussão dessa inserção para o movimento, aos poucos, o movimento de travestis e transexuais rejeitou o termo “transgênero”, e passou a fazer o uso do termo “movimento trans” como forma de englobar ambas as “categorias”.

Além disso, com a recente inserção dos homens trans no movimento trans brasileiro, o termo ficou ainda mais demarcado. O movimento, que até então era composto por travestis e mulheres transexuais, reforça o termo pessoas trans para englobar a participação dos homens trans.

Ainda acerca do cenário do movimento trans no Brasil, Mário Carvalho (2011) centraliza os seus esforços de pesquisa em reconstruir sua história, especificamente no Brasil, buscando compreender como este se organiza, bem como a sua agenda política, realizando uma etnografia nos espaços de discussão do movimento LGBT, e nos espaços específicos para discussão das demandas de travestis e transexuais, estabelecendo uma interlocução com as lideranças históricas dentro do movimento. O autor aponta em seu estudo, que as discussões acerca das pautas políticas para as pessoas trans encontram legitimidade nos encontros oficiais e ONGs, a exemplo do ENTLAIDS⁹ e ANTRA¹³, respectivamente. No entanto, outros espaços, atualmente, vêm se configurando de modo a abranger esse e outros tipos de debates, a exemplo dos grupos e páginas do *Facebook*, e para também questionar o lugar dessa militância.

Não busco, nessa pesquisa, adentrar especificamente ou de forma central no debate sobre os usos que o movimento institucionalizado tem feito da plataforma como estratégia política, e tampouco falar de forma restrita das campanhas realizadas online como forma de alcançar uma visibilidade trans. Meu foco central é compreender, a partir das interações na plataforma, como as pessoas trans tem utilizado redes sociais digitais como espaços de visibilidade, criado lugares

⁹ Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, que se encontra em sua 19ª edição. ¹³ Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros.

de enunciação, disparado debates em torno dessas vivências, e como essas experiências online se coloca como uma forma de militância alternativa, frente a militância institucionalizada.

Nem todas as pessoas trans que fazem uso da plataforma o utilizam como forma de participar dos debates online, e outras, pouco interagem nos grupos ou páginas de discussões políticas, utilizando-se da plataforma como forma de interação com os contatos da vida offline, publicar fotos, fofocas e frases de efeito. Também não tomo o uso da plataforma como universal, mas como uma tendência crescente que atinge cada vez mais pessoas, dado o barateamento dos suportes e serviços, bem como da disseminação dos efeitos dos seus usos, e que não está isenta de eixos de análise, tais como classe, por exemplo.

De acordo com Richard Miskolci (2011), hoje, quando falamos sobre o uso de mídias digitais referimo-nos a algo ainda mais acessível a pessoas predominantemente de classe média baixa para cima, letradas, jovens e residentes em regiões urbanas. Ainda de acordo com o autor:

Qualquer estudo sociológico feito no presente que não levar em consideração a discrepância entre vidas moldadas pelo acesso e uso das mídias digitais e as distantes delas deixará de reconhecer uma das mais recentes marcas de desigualdade da sociedade contemporânea, uma desigualdade que não é mensurável apenas em termos financeiros, pois define horizontes aspiracionais e de oportunidades tanto na vida pessoal, quanto no trabalho e na política. O acesso ou não às mídias digitais não cria duas experiências paralelas, mas relacionadas e interdependentes em sua própria desigualdade. (MISKOLCI, 2011)

O Facebook e o uso das mídias digitais na atualidade

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,¹⁰, no período de 2009 a 2011, o computador com acesso à internet foi o bem durável que teve o maior nível de crescimento no Brasil o que corresponde a um aumento de 39,8%. No mesmo período, a aquisição de microcomputadores correspondeu a um crescimento de 29,7%, e em terceiro lugar na lista de bens duráveis que mais cresceram nos domicílios, está o aparelho celular, com um aumento de 26,6%. Os domicílios com pelo menos um morador que tinham telefone móvel para uso pessoal eram 41,1% do total em 2009, sendo que, em 2011, essa porcentagem chegou a 49,7%, somando 6,4 milhões de lares com celular.

Dados preliminares¹¹, também do IBGE, apontam que 57,3% das residências acessaram a internet por meio de celulares e tablets em 2013. Com o aumento da possibilidade de acesso a computadores e a planos de internet, devido aos custos cada vez menores, o uso das mídias digitais tornou-se mais frequente. Essa frequência ganhou intensidade a partir do posterior barateamento dos dispositivos móveis com sistemas que possibilitam acesso a internet - tablets e smartphones (MISKOLCI, 2011), e conseqüentemente, das mídias digitais.

Entendo por mídias digitais, nessa pesquisa, como canais de comunicação mediados por dispositivos eletrônicos, que possibilitam a interação em rede. Nesse sentido, de acordo com Miskolci (2011), referem-se ao mesmo tempo, à conexão e ao seu suporte material. “Mas também responde a um conjunto de transformações sociais e econômicas marcadamente neoliberais, que, a partir de meados dos anos de 1980, incidiram diretamente na forma das pessoas constituírem relações” (PELÚCIO e MISKOLCI, 2015, p. s/n).

¹⁰ Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011. O estudo investiga dados sobre população, migração, educação, emprego, família, domicílios e rendimento. Foram ouvidas 358.919 de pessoas em 146.207 domicílios. Segundo o IBGE, a população residente em 2011 no país era de 195,2 milhões. (Fonte:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)

¹¹ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2013/default.shtm>

De acordo com o mesmo autor, as mídias de massa, das quais são exemplo o cinema e a televisão eram, predominantemente mídias verticais, o que acabava por possibilitar uma baixa interatividade, enquanto as mídias digitais (internet e afins), o que predomina é a horizontalidade das relações, nas quais todos interagem (MISKOLCI, 2015, p.132)

Se essas interações mediadas pelas tecnologias digitais possibilitam que as narrativas não somente se tornem públicas, como circulem e disparem debates, a facilidade do acesso a essas tecnologias começa a ser ponto constitutivo de um cenário em que é notória a intensa proliferação de perfis em redes sociais, sites de relacionamento e aplicativos, a exemplo do *Facebook*.

O *Facebook* é a rede social mais acessada pelos brasileiros nos dias atuais. Foi criada em 2004, e atingiu mais de um bilhão de usuários ativos em todo o mundo com apenas oito anos de sua criação, no final do ano de 2012¹². Atualmente conta com cerca de 936 milhões de usuários ativos por dia (média para março 2015), 798 milhões de usuários ativos diários em dispositivos móveis em média (março 2015), 1440 milhões de usuários mensais ativos (em 31 de março de 2015) e cerca de 1,25 bilhão de usuários ativos mensais móveis como de 31 de março de 2015.

Teve sua primeira versão mobile disponibilizada para download em abril de 2006, e a partir do ano de 2007 incorporou novas ferramentas em seus módulos de extensão, tais como a possibilidade de inserção de vídeos (junho de 2007), chats de conversas privadas, ou, como são popularmente conhecidas, chats *inbox* (abril de 2008), a criação do aplicativo da plataforma, para downloads em dispositivos móveis (julho de 2008), a incorporação da opção “like/curtir” (fevereiro de 2009), da ferramenta de geolocalização ou “check in” (agosto de 2010), e

¹² Dados retirados das estatísticas da própria plataforma, disponível em: <http://newsroom.fb.com/company-info/> .

finalmente, a disponibilização de uma ferramenta que possibilitasse a criação de grupos de interação, para além dos perfis pessoais (outubro de 2010). Após isso outras ferramentas são inseridas nos anos subsequentes, tais como a possibilidade de interação por vídeo, a intersecção com outros aplicativos a exemplo do *Foursquare*¹³ e do *Instagram*¹⁴, marcando a nova era da Web 2.0¹⁵.

A permeabilidade das fronteiras, somada a possibilidade da autonomia na produção de conteúdo, numa temporalidade tão dinâmica quanto real vem reconfigurando não somente as possibilidades comunicacionais, como a forma com que as pessoas que fazem uso dessas redes se relacionam, tomo como exemplo disso a velocidade que notícias como a da votação sobre a redução da maioria penal chegou ao alcance dos usuários da plataforma, ou a eficácia na organização de mobilizações e protestos como as jornadas de junho de 2013.

Escolhas teóricas e metodológicas

A realização dessa pesquisa teve início em de abril de 2014, e a finalização da coleta de dados se deu em agosto de 2015. Ainda após esse período, me mantive no campo, como forma de acompanhar as continuidades e descontinuidades das dinâmicas já observadas ao longo do período mais intenso da imersão.

¹³ Aplicativo para dispositivos móveis, que funciona sob o sistema de geolocalização, e tem como finalidade o compartilhamento sobre informações de localização

¹⁴ Aplicativo para dispositivos móveis, que tem como finalidade o compartilhamento de fotos.

¹⁵ A Web 2.0 é uma geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web syndication, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador (...) Tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática. (PRIMO, 2007, p.1)

No período que antecedeu a imersão direta no campo, realizei algumas aproximações iniciais na tentativa de compreender quantitativamente em que ritmo a adesão de perfis na plataforma era uma crescente, bem como a criação de novos espaços de interação dentro dela, sob as temáticas referentes a pessoas trans.

Após o primeiro contato, tomei como ponto de partida um grupo específico no *Facebook*, e ainda no decorrer da pesquisa, no entanto, o campo apontava pra outras possibilidades de interação dentro da plataforma, e para outras problemáticas além das já percebidas. Conclui, assim, que aquele grupo isoladamente não permitia a compreensão da complexidade das dinâmicas relacionais que estavam sendo construídas por meio daquelas interações, e ainda que, as interações não se esgotavam naquela mediação, em postagens, curtidas e compartilhadas. Diversos outras lógicas e recursos atravessam as relações ali propostas, tais como – ainda dentro da plataforma – outros grupos, páginas, interação direta por meio de inserção na lista de amigos de outro perfil pessoal, outras plataformas/sites, bem como outros aplicativos, e – fora da plataforma - encontros presenciais.

Partindo da concepção de que o on e offline foram tratados como espaços contínuos (BELELI, 2012), foi exigindo o trânsito da pesquisadora entre eles. Desse modo, justifica-se a escolha da etnografia multissituada a partir do esforço de não somente compreender esses trânsitos e as intersecções entre as interações online e a vida cotidiana, mas principalmente pela necessidade de visualizar as mediações entre espaços e contextos sociais conduzidas e traçadas na justaposição de diferentes espaços interacionais (MARCUS, 2001).

Ainda de acordo com George Marcus (1995), na etnografia multissituada, o objeto de estudo não está geograficamente localizado, necessitando assim, que sejam desenvolvidas estratégias empíricas que considerem pessoas e símbolos, ultrapassando lugares e fronteiras, e estabelecendo conexões ao longo de várias escalas etnográficas.

Assim, adotei como principais procedimentos de coleta de dados a observação etnográfica das interações das pessoas trans no contexto dos tópicos dos grupos no *Facebook*, bem como de outros grupos e páginas da própria plataforma, e interações fora do grupo, que advinham ou não das relações constituídas nele. Procurei utilizar das diversas possibilidades de interações, para assim, explorar o seu uso em diferentes níveis, tanto quanto eram as possibilidades oferecidas através das ferramentas da própria plataforma, associando, por fim, esses dados entre si.

Valho-me também de revisão bibliográfica de etnografias produzidas nacionalmente sobre pessoas trans, buscando compreender o cenário sob o qual essas experiências vêm ocorrendo, bem como os seus desdobramentos nos cenários sociais, além das recentes produções sócio-antropológicas que exploram metodologias de pesquisas realizadas em ambientes virtuais.

A escolha de iniciar o campo a partir de um grupo no *Facebook* me conduziu a uma etnografia online. Esta se dá sob a perspectiva de pensar na internet – e mais especificamente o grupo escolhido - como um espaço que possibilita a difusão de ideias e expressões por meio dos discursos, desterritorializa e territorializa culturas locais, como espaço de “ciberativismo” (PIENIZ, 2009). O uso da internet abre espaço para novas formas de sociabilidade e para a inscrição de (novas) relações de poder e desigualdade, que são mediadas pelos pressupostos da vida off-line, e que ocorrem para além de sua “virtualidade”.

Desse modo, utilizo o termo etnografia online tomando como referência o que Christine Hine (2000) propõe conceitualmente por etnografia virtual. Ao realizar uma longa discussão sobre os diálogos entre a etnografia clássica e a etnografia virtual, a autora, a define como investigações realizadas em espaços online, que buscam problematizar o surgimento das novas tecnologias e suas influências para o campo social, cultural e científico.

No contexto das interações imersivas (SANTAELLA, 2004) – ou leitores imersivos, nos termos da autora - a etnografia virtual acaba por apresentar-se como uma possibilidade metodológica para pesquisas de comunidades, práticas e culturas localizadas ou mediadas pelos espaços online. Assim, Hine (2000) afirma que uma etnografia da internet pode olhar em detalhes para as maneiras pelas quais a tecnologia é experienciada na prática. Na sua forma básica a etnografia virtual também consiste em um pesquisador usando um período de tempo estendido imerso num 'campo de ação', percebendo as relações, atividades e compreensões daqueles que estão nesse ambiente e participam do processo.

Nesse sentido, a etnografia online, pretende designar as formas do fazer etnográfico no espaço de interação que configura a internet e as tecnologias digitais, abrangendo blogs, sites de relacionamento, salas de bate-papo, ou mesmo artefatos culturais e tecnologias de representação, como vídeos e fotografias digitais e seus usos no meio virtual (RIBEIRO, 2006), o que exigiu intensa imersão, contatos reiterados com colaboradoras e colaboradores de pesquisa. Para tanto, diferentes meios foram acionados (bate-papo do próprio *Facebook*, blogs, *whatsapp*¹⁶ – em chat individual ou em grupo), atenta a dinâmica dialógica de cada uma das mídias utilizadas.

Utilizei o grupo no *Facebook* como campo, mas não me restringi a ele, visto que a multiplicidade de formas de interação a partir das ferramentas oferecidas pela plataforma foi me conduzindo também a outros espaços, para além do próprio grupo, sendo eles ainda dentro da plataforma, em outras plataformas/sites/aplicativos, ou ainda, em espaços concretos. Desse modo, é imprescindível pensarmos que esses mesmos sujeitos que fazem uso de perfis do *Facebook*, e participam dos grupos de discussões, podem também fazer uso de outras

¹⁶ Aplicativo móvel de comunicação instantânea associado a um número de telefone celular e que exige que a pessoa possua um smartphone para interagir com outras constantes da sua lista de contatos.

plataformas online, e principalmente, de formas off-line de interação. Assim, como proposto por Miskolci (2011),

Até podemos reconhecer como relevante o estudo de um site em particular e começar a pesquisa nele, mas é fundamental reconhecer que o campo é maior do que o site. Se os usuários dificilmente se restringem ao uso de um só, assim como tendem a articulá-los com formas off-line de interação, então o que leva ao uso das mídias digitais é o mais importante e para o que devemos dirigir nossas análises. (MISKOLCI, 2011, p.14)

Na dimensão off-line, mas ainda tomando como ponto de partida as interações online¹⁷, participei do *IX Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais*, em dezembro de 2014. Nesse espaço oficial da militância institucionalizada, pude acompanhar diversos debates, as estratégias e formas de diálogo com o Estado, e ainda, as interações iniciais de algumas pessoas trans (mulheres trans, em sua maioria) com o movimento trans, bem como a participação mais acentuada de homens trans nas discussões, o que até então só era possível perceber nas interações nas plataformas virtuais.

Os dados referentes à imersão no campo e as interações nele observadas e estabelecidas, foram copiados em arquivos, e posteriormente, salvas no meu computador. Porém, o uso para fins desta pesquisa dos depoimentos, conversas e declarações foi solicitado previamente e somente utilizado quando autorizado.

À luz desses dados, foram construídas anotações em formato de diário de campo, e estas foram sistematizadas de modo a possibilitar a análise acerca das discussões suscitadas nos grupos, dos discursos acionados nas postagens e discussões (sejam elas textualizadas ou não), de que modo estes marcam também espaços off-line, se há a ressonância de um cenário de

¹⁷ A partir da possibilidade de criação de um “evento” no *Facebook*, diversas usuárias da plataforma o “linkaram” como forma de divulgação, meio pelo qual chegou ao meu conhecimento, e de várias outras pessoas que se encontraram pela primeira vez fora da dimensão online, naquele momento.

avanços nas discussões sobre as experiências trans e os processos de constante negação de direitos nos debates propostos por elas na plataforma.

No que diz respeito à forma da análise de dados, valho-me do referencial teórico *Queer*¹⁸ e dos estudos feministas, além dos estudos sócio-antropológicos sobre mídias digitais. Utilizo-me desse norte teórico, especialmente por vertentes orientadas pelo pensamento de Michel Foucault no que se refere ao “regime discursivo”²³, numa perspectiva de orientar as reflexões sobre a manutenção ou a ruptura dos discursos hegemônicos, especificamente no que se refere as questões de sexualidade.

A escolha por essa vertente teórica se justifica pela proposição da discussão acerca de novos modos de vida e existência, para além dos limites dos que são normatizados e impostos, chamando a atenção para as experiências que não se enquadram nos modelos que essencializam os gêneros, as sexualidades, os corpos e as práticas sociais.

Se por um lado, os estudos de minorias, em geral, apontariam para a compreensão dos problemas sociais enfrentados por sujeitos que não se encaixavam nas “identidades hegemônicas”, sem necessariamente problematizar a compreensão de identidades fixas, e as relações que criam os polos dos próprios binômios (brancos/negros, homens/mulheres, heterossexuais/homossexuais), por outro lado, de acordo com Miskolci (2007), os estudos *Queer* tomam por pressuposto analítico a compreensão crítica sobre os processos sociais que normatizam essas experiências.

¹⁸ O termo em inglês *queer* não é recente, e tinha originalmente uma conotação negativa e agressiva contra aqueles que rompiam com a norma de gênero e sexualidade (MISKOLCI, 2007). Judith Butler (2003) compreende esse termo como uma interpelação que discute a questão da força e da oposição, da estabilidade e da variabilidade no seio da performatividade. Assim, os estudos “queer” sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença (MISKOLCI, 2009).

²³ O teórico refere-se a regime discursivo como discursos políticos, econômicos e institucionais que criam regimes de verdade, numa perspectiva de regular sujeitos, corpos e vidas.

Nessa perspectiva, a heteronormatividade²⁴ ganha centralidade para a compreensão das vivências trans dentro e fora dos espaços de militância, de modo que, mesmo nesses espaços, certas experiências são tidas como legítimas, à medida que são mais valorizadas, enquanto outras são marginalizadas ou consideradas inadequadas. Nesses processos, que transitam entre o privado e o político, o pessoal e o institucional, o on e o off-line, a engrenagem que movimento ações e lugares está sempre relacionada ao poder.

Nesse sentido, os estudos *Queer* não centralizam seus esforços na compreensão da repressão ou na expressão de uma minoria dissidente, mas num regime de saber/poder que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos, e das instituições sociais, das relações sociais (LOURO, 2004), de modo que toma como foco a discussão das concepções e das práticas sociais que organizam a sociedade, sexualizando corpos, desejos, identidades (MISKOLCI, 2009). O que os estudos *Queer* propõem, portanto, é um “enfoque não tanto voltado para uma população específica, mas sobre os processos de categorização sexual e sua desconstrução” (GAMSON, 2006, p. 347).

Os principais pressupostos dos estudos *Queer* são a compreensão da sexualidade como um dispositivo histórico do poder (FOUCAULT, 2005), o caráter performativo das identidades de gênero (BUTLER, 2003), o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero e o corpo como um biopoder (BENTO, 2006).

No caso das pessoas trans que se utilizam da plataforma para suscitar debates políticos em torno de suas vivências, há uma clara busca pelo rompimento do estigma que permeiam

²⁴ A heteronormatividade marca até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na díade ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que

evidencia seu objetivo: formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem sua vida a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 5)

seus trânsitos nas fronteiras dos gêneros e das sexualidades, no entanto, é necessário compreender, quais os discursos são acionados, quais os mecanismos que engendram essas “lutas” políticas, e sob quais “regimes de verdade”¹⁹ essas interações mediadas pelas tecnologias digitais delineiam novos sentidos à participação social e política de pessoas trans. Ao tomar como foco de análise nessa pesquisa, as interações e os debates políticos entre pessoas trans numa plataforma online, parto da noção de que a sexualidade, enquanto dispositivo, abrange diversos tipos de normatividade e formas de subjetividade, de modo que a partir dos estudos *Queer* busco compreender de que forma os binarismos, os essencialismos, a prisão identitária no contexto dessas interações, que são políticas, são acionados, reforçados, (re)negociados ou rompidos.

Os estudos sobre mídias digitais, nessa direção, subsidiam a reflexão do que essas discussões, que vem ocorrendo nas plataformas online, nos dizem sobre os desdobramentos políticos nas experiências off-line das pessoas trans que participam dessas interações mediadas.

De acordo com Miskolci e Beleli (2015), entre alguns grupos sociais socialmente subalternizados por seu gênero, sexualidade, origem étnico-racial ou idade a conexão em rede tem facilitado as discussões políticas. À medida que a propagação de ideias circula a partir de uma estrutura em rede, a multiplicação da informação produz uma visibilidade em torno dos debates. Desse modo, centralizei meus esforços de análise nos discursos estabelecidos tanto em postagens, quanto em conversas fora da plataforma (on ou off-line), bem como na repercussão e relação entre essas duas esferas de interação a partir da proposição e participação dos debates.

¹⁹ De acordo com Foucault (2007), regimes de verdade compreendem discursos que funcionam como verdade, regras de enunciação da verdade, técnicas de obtenção da verdade, definição de um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade; portanto ligação circular entre verdade e poder. Poder que produz verdade e a sustenta, verdade que produz efeitos de poder, nesse sentido, é impossível desvincular verdade e poder.

Desafios etnográficos: A construção do campo e alguns entraves

A proposta principal desse tópico é descrever a delimitação e trazer algumas reflexões metodológicas sobre o campo dessa pesquisa, baseando-se na descrição dos procedimentos de coleta e sistematização dos dados. Optei por assim fazê-lo, motivada pela compreensão da necessidade de um rigor metodológico associada a uma escassez na bibliografia que discuta de forma mais específica não somente as técnicas utilizadas para coleta, sistematização e gerenciamento dos dados, como os entraves de se fazer etnografia num campo com uma dinâmica tão difusa, e que acaba por envolver o pesquisador numa temporalidade intensa, interferindo em suas práticas cotidianas, e exigindo a elaboração e reelaboração de diversas estratégias para a inserção, para a delimitação, para o trânsito, e para a sua compreensão.

Em princípio, a escolha de um grupo específico estava diretamente ligada ao reconhecimento de uma dinâmica intensa no que diz respeito ao fluxo de interações e trocas. Assim, em abril de 2014, tomei o Grupo *Mundo T-Girl* como campo privilegiado dessa pesquisa. Em agosto do mesmo ano comecei a perceber que as tensões não estavam restritas ao que era debatido apenas dentro do grupo. Essa percepção surgiu claramente quando membros do *Mundo T-Girl* começaram a postar conteúdos de um outro grupo, na tentativa de desqualificá-lo, uma vez que esses comentários tinham um conteúdo acusatório sobre o *Mundo T-Girl* e sobre seus conteúdos. As acusações partiam de comentários e argumentos como: “*essas meninas só reforçam a marginalização que sofremos, não falam nada que nos faça avançar na luta. A luta não é sobre maquiagem, bofe e hormônio não, elas não sabem nem um termo, uma*

discussão mais teórica, nada!!!! Bando de retardadas”²⁰. Mais quatro grupos se envolveram no conflito de forma mais geral, gerando também conflitos internos. Outros seis grupos se envolveram de forma indireta. É importante ressaltar que boa parte dos membros desses grupos integrava a maioria deles concomitantemente. Alguns perfis intensamente participativos nos grupos também disparavam debates importantes, e com grande número de respostas, em seus perfis pessoais. Alguns desses perfis também eram gerenciadores de páginas famosas sobre questões que envolvem vivências de pessoas trans. Assim, o campo acabou por se constituir não apenas pelo grupo *Mundo T-Girl*, grupo com o qual iniciei essa pesquisa, como pelo trânsito por mais dez grupos (alguns de forma mais intensa que outros), postagens de três páginas públicas e doze perfis pessoais.

Em termos etnográficos, o gerenciamento e armazenamento dos dados do campo, em forma de diário, foi um dos maiores desafios iniciais. A etnografia consiste numa abordagem utilizada como maneira de apreender uma dada realidade, portanto é um método qualitativo que pode dispor de várias técnicas para sua execução, tais como entrevistas, observação participante, análise do discurso, entre outros. Ao optar por realizar uma pesquisa no campo em espaços online, acionei diversas experiências pessoais com o uso da internet, e mais especificamente, das mídias digitais, para em princípio compreender, dentro da dinâmica de funcionamento da plataforma, que técnicas poderiam ser utilizadas de modo a viabilizar a minha compreensão sobre o campo.

Sou usuária ativa da plataforma desde 2008, quando criei meu perfil, e comecei a utilizá-lo para mediar interações com amigos e familiares. Nessa época, não existia a opção de

²⁰ Retirado do tópico de um grupo do Facebook, em 12 de agosto de 2014.

“trancar”, ou seja, restringir a algumas pessoas ou grupos o acesso a postagens. As ferramentas atuais oferecem diversos recursos nesse sentido. Além disso, era comum que somente adicionássemos à lista de amigos aqueles que realmente conhecíamos, diferente da mídia digital de maior adesão de usuários anterior ao *Facebook*, o *Twitter*, em que era comum que os usuários seguissem²¹ pessoas as quais os *tweets*²² interessassem, independente da existência ou não de um contato anterior.

As diversas ferramentas de cada mídia possibilitam diferentes formas de interação, e no caso do *Facebook*, para se tornar usuária/o é preciso criar um perfil pessoal, uma conta que passará a compor o imenso banco de dados que é o site. Após esta operação, que vincula cada conta a um e-mail válido, é possível iniciar a interação com outros usuários através do envio de convites de amizades.

Tendo em vista essa prerrogativa para uma inserção primária no campo, meu primeiro impasse metodológico girava em torno do uso do perfil para realização da pesquisa. Estar atenta aos discursos que são acionados nas postagens que buscavam visibilidade sobre as vivências trans e quais os mecanismos que são utilizados por meio deles para manutenção ou ruptura com as normas de gênero e sexualidade exigia de mim, enquanto pesquisadora, uma corporalidade no campo, que somente é possível ser construída a partir da forma como me coloco no campo, e mais especificamente, do que deixo ser acessado no meu perfil.

A alternativa da construção de um perfil apenas pra a pesquisa foi discutida com a minha orientadora, Prof^a Larissa Pelúcio, no entanto optamos por não utilizá-la visto que o fazer etnográfico exige do pesquisador aproximar-se, e se deixar afetar, pelo campo ou pelos sujeitos estudados. Como se trata de um campo que faz parte da minha dinâmica cotidiana, o ato de se

²¹ Uma das primeiras formas de interação dessa plataforma. Ao optar pela opção “seguir” o usuário recebia notificações em suas atualizações na plataforma, de tudo que era postado pelo usuário seguido.

²² Nome dado ao que se publica na plataforma. A ferramenta é limitada ao uso de 140 caracteres.

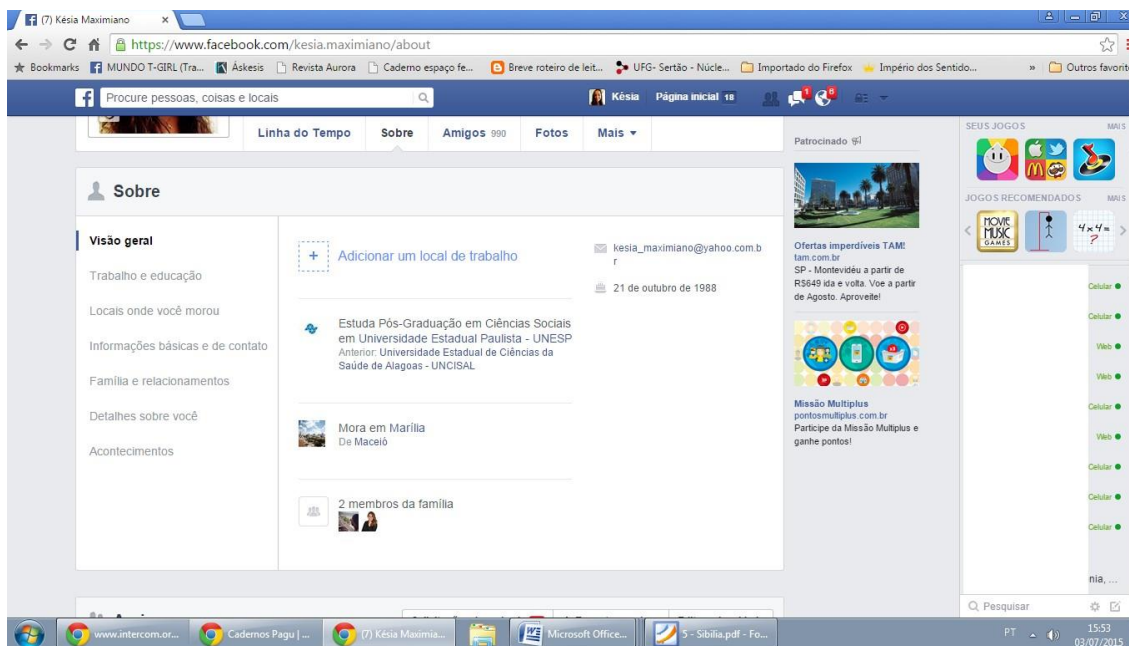
deixar afetar é o que se chama de estranhamento, isto é, a necessidade de estranhar o que está posto, o que é considerado comum, ou seja, questionar as práticas naturalizadas.

Além disso, manter meu próprio perfil pessoal²³ para fazer a pesquisa, dava acesso às colaboradoras a uma série de informações pessoais sobre mim, conferindo a quem pesquisa uma dimensão humana, a qual considero fundamental quando demandamos do outro suas opiniões, segredos, confiança, entre outros elementos emocionais que ajudam a pactuar os termos em que se dará a relação entre quem pesquisa e quem colabora com a mesma, ao mesmo tempo que me utilizava de ferramentas da própria plataforma para negociar o acesso a essas informações.

Partindo dessa compreensão do campo, adotei como estratégia etnográfica manter o meu perfil pessoal, e utiliza-lo para transitar pelo campo, mas adotei a sistematização do gerenciamento da minha página, como forma de tentar alcançar uma dinâmica de aproximações e afastamentos.

Figuras 1 e 2. Perfil no *Facebook*

²³ Essa dinâmica de trocas nesse campo é delimitada pelo acesso a um eu “privado”, que é convertido em representação pública (ILLOUZ, 2011) de quem queremos mostrar que somos. Nosso perfil online acaba por delimitar aproximação ou afastamentos em relação às/aos demais usuárias/os. “A internet torna visível o eu privado e o exhibe publicamente para uma plateia abstrata e anônima, a qual, no entanto, não é pública (no sentido habermasiano da palavra), e sim uma agregação de eus particulares”. (Illouz, 2011, p.113)



Minhas escolhas me colocaram diante de um impasse relacionado aos conteúdos produzidos no meu perfil, tendo em vista que embora eu o estivesse utilizando para a realização dessa pesquisa, eu também fazia uso para fins pessoais, como já mencionado. Levando em conta que a dinâmica assumida nas plataformas de interações online acompanha a conjuntura do contexto no qual os seus usuários estão inseridos, e considerando ainda que o período que realizei essa

etnografia foi de grande efervescência política em decorrência de problemáticas como a copa, eleições para presidência da República, manifestações de 15 de março²⁴, entre outros, tomei algumas medidas de gerenciamento desses conteúdos.

Criei um grupo específico, intitulado “campo”, para as pessoas as quais tinha adicionado, ou que tinham me adicionado em razão da pesquisa. Assim, utilizava das configurações de privacidade²⁵ para limitar o acesso de algumas postagens, e assim, evitar interferir diretamente nas minhas interações com meus/minhas colaboradores/as.

A partir da disponibilização dessas informações no perfil, e das postagens pessoais, aos quais mantinha atualizadas diariamente, solicitei participar, inicialmente do grupo *Mundo T-GIRL*, e, à medida que outras possibilidades de interação surgiam, ou outros grupos eram indicados e linkados, enviei solicitação para outros.

É importante mencionar que diferentemente das páginas, as configurações dos grupos têm influência direta sobre quem pode acessar os debates contidos nele. A plataforma disponibiliza como ferramenta as opções aberto (em que qualquer usuário da plataforma, membro do grupo ou não, pode visualizar os conteúdos ali publicados), fechado (somente os membros do grupo tem acesso às postagens), ou secreto (nessa configuração, nem mesmo a partir das ferramentas de busca da plataforma, é possível ser localizado, de modo que o acesso só é viabilizado mediante o convite do moderador ao usuário). O criador torna-se o moderador, e tem a opção de inserir até quatro membros como moderadores, o que implica na função de aprovar as solicitações de inserção, excluir membros que já estão inseridos, fixar tópicos no topo da página

²⁴ Manifestações organizadas via ferramenta de eventos na plataforma online, como forma de expressar indignação em relação ao governo Dilma. Sob palavras de ordem como “Impeachment já” e “Fora Dilma!”, o protesto teve apoio da mídia televisiva, e contou com centenas de milhares de pessoas nas ruas de diversas cidades do país.

²⁵ Ferramenta disponível na plataforma que permite que o usuário escolha quem vai ou não conseguir visualizar às suas publicações. Essa ferramenta pode ser utilizada a partir da criação e seleção de grupos categorizados na sua lista de amigos, ou individualmente. É importante salientar que os contatos de quem criou as listas de gerenciamento não conseguem saber em que lista está inserido, e nem mesmo se está inserido em alguma.

do grupo ou excluir as postagens que julgar necessárias, dele mesmo ou de outros membros. Essa dinâmica deixa explícita que as relações ali estabelecidas não são horizontais, e predispõe uma série de normas e relações de poder.

Todos os grupos que encontrei, ou que algumas informantes me indicaram em conversas privadas participar, mantinham como configuração a opção fechado, o que exigia que eu enviasse uma solicitação de participação. Em algumas situações, o moderador do grupo entrou em contato comigo via conversa privada, para questionar as minhas motivações para a solicitação de participação. Quando isso aconteceu, informei quais eram os meus propósitos no grupo e em nenhum deles tive a participação recusada. Nos que fui imediatamente aceita, fiz uma postagem explicitando as motivações da minha participação, e pedindo que quem tivesse interesse em conversar mais detalhadamente sobre o processo da pesquisa, eu estaria disponível no chat privado. Não houve recusa, em nenhum grupo.

Como os meus acessos à plataforma para acompanhamento da dinâmica do campo eram realizados múltiplas vezes ao dia, comecei a fazer uso do aplicativo da plataforma para celular, além do acesso via computador. Isso interferiu diretamente na dimensão temporal da minha relação com o campo, que implicava em informantes que acionavam minha caixa de mensagens *inbox* durante a madrugada, notificações de *mentions*²⁶ durante o período das aulas, entre outros.

O terceiro impasse que trago diz respeito à sistematização dos dados. De acordo com Raquel Recuero (2009, p.32) o caráter dessa plataforma é de interação mútua, de modo que uma postagem gera outros comentários, em resposta e que vai gerando uma série de interlocuções em torno da postagem inicial, criando um extenso espaço de discussão entre os indivíduos.

²⁶ Notificação da plataforma para quando, a partir de uma tag, o usuário é mencionado em qualquer conversa na plataforma. A utilização dessa ferramenta não é obrigatória, de modo que o usuário pode optar por falar sobre alguém em alguma postagem, mas não necessariamente mencioná-la ou acioná-la para interação no tópico.

Nessa direção, o volume de interlocuções é imenso, e após exatos um ano de intensa imersão no campo, interseccionando-o com o uso de outras mídias, tais como o *whatsapp*, chat *inbox* (que embora a partir do uso mediado pelo computador, esteja inserido na plataforma, quando utilizado por dispositivos móveis, conta com o recurso fora do aplicativo de origem, ou seja, conversas privadas e públicas são alocadas em aplicativos diferentes), links que direcionavam para conteúdos de outras plataformas, tais como blogs e *youtube*, tive um material que correspondia a mais de 500 páginas de *word*.

Para sistematizar esses dados, reli todos os registros salvos, bem como as anotações de diário de campo das datas correspondentes, e fiz um mapeamento do fluxo e das interconexões entre os grupos, páginas e perfis – dentro da plataforma – das interações em outras mídias e na dimensão off-line. Desse modo criei duas categorias de análise que desdobrou nos dois capítulos desse texto: Atores da militância e Formas de militância.

O quarto e último impasse que descrevo nessa introdução remete a temporalidade da imersão no campo de pesquisa. Com a opção de acompanhar os espaços de debates na plataforma via dispositivo móvel, somando-se ao uso de aplicativos que operam na lógica da conexão em tempo real, e que, além de tudo, incorporam a ferramenta de notificação de visualização da mensagem. Nesse sentido, a/o colaboradora/colaborador ganha um canal que viabiliza visualização dos momentos de acesso de quem pesquisa, o que implica em sucessivas explicações acerca das motivações para a ausência de respostas. Adotei como alternativa para a questão, uma explicação prévia para as colaboradoras, não somente sobre os objetivos da pesquisa, como dos recursos metodológicos utilizados, o que incluía o uso do dispositivo móvel, e uma consequente sincronidade no recebimento e leitura da mensagem, mas não necessariamente a disponibilidade para o diálogo no momento em que ele foi acionado, acordando que assim que possível, haveria um retorno de minha parte.

A dimensão textualizada das interações também se apresentou inicialmente como um entrave. A ausência de uma corporalidade no diálogo não deixa claro com qual entonação cada frase está sendo dita, o que pode implicar em maus entendidos, em alguns momentos. Um importante recurso que utilizei em diversos momentos, foram os *emoticons*²⁷, como forma de demonstrar com qual emoção/entonação a presente frase estava sendo “dita”.

Assim, estruturei a dissertação da seguinte forma: No Capítulo I procuro discutir, a partir dos múltiplos atores encontrados em campo, a forma como eles se dinamizam em torno dos diversos espaços disponibilizados pelas ferramentas da plataforma, as categorias identitárias e as disputas imbricadas no cenário online dos debates trans. Não tenho a pretensão de ampliar a quantidade de letras das siglas já propostas pelo movimento LGBT ou pelo movimento trans, tampouco busco engessar ou esgotar as experiências identitárias com as quais me deparei no campo dessa pesquisa, mas anterior a isso, compreender sob quais discursos elas são construídas, apropriadas e utilizadas como forma de legitimar lugares de existência e espaços de interlocução e lutas por parte de pessoas que não encontram, em suas experiências, coerência nos binarismos de gênero. Para tal, aciono algumas categorias identitárias encontradas no campo, e busco discutir sobre como elas estão sendo negociadas e tensionadas.

No segundo capítulo procuro trazer um histórico do movimento trans institucionalizado, passando pelos marcos históricos no que diz respeito aos avanços dos direitos e às estratégias de diálogo com o Estado, e, como esse movimento tem se colocado diante das novas possibilidades de articulação política, sobretudo, a partir dos usos das redes digitais. Para tal, discorro sobre quais os mecanismos são acionados e utilizados pelas

²⁷ Caracteres imagéticos que demonstram emoção através de expressão facial.

transativistas, e quais suas rupturas e permanências em relação ao movimento social que historicamente vem protagonizando as arenas de disputas políticas.

Por fim, no último capítulo, busco aprofundar a reflexão sobre como as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, somada a uma ampliação também nos acessos aos diversos recursos tecnológicos, sobretudo os que dizem respeito à internet, tem produzido novos lugares de fala, e novos discursos reivindicatórios no repertório de pessoas trans. Além disso, busco também compreender como essa forma de ativismo tem elaborado e reelaborado lugares de convergência e divergência entre os diversos atores envolvidos nas lutas políticas, especialmente os que já estão dentro do cenário acadêmico.

CAPÍTULO I - BAFÕES²⁸. ONLINE OU SOBRE QUANTAS VIVÊNCIAS TRANS

PODEM SER ENCONTRADAS EM UM “SEARCH”

“não dou conta desses viados barbados de saia falarem que são trans e quererem protagonismo na luta. Normalmente são homens que não precisam passar pela prostituição pra viver, que se montam em momentos específicos, e não vivem a transgeneridade no dia a dia, mulheres trans vivem a luta simplesmente por existir, não tem como esconder atrás de um terno a sua transexualidade quando bem entender. Essa luta é nossa se quiserem apoiar aceitamos, mas o nosso protagonismo ninguém tira. Oq vcs acham, meninas?” (Samanta, 26 de setembro de 2014)

“amada, a luta é das pessoas que se consideram trans, se na nossa sociedade as pessoas cis²⁹ ditam o q temos q ser, elas nos acham doentes qndo elas resolvem defender a nossa causa acho valido elas tambem participarem pq se não aceitamos q elas digam qm somos acho justo que tambem não temos q dizer qm elas são, a luta eh de todos” (Uma das respostas do tópico)

O tópico acima foi postado por Samanta, usuária ativa do grupo *Mundo T-Girl*, e suscitou diversas das diferentes posições que tenho encontrado ao longo da minha imersão no campo.

Com 36 respostas e 92 curtidas, o debate é tão acalorado quanto recorrente, no sentido de

²⁸ A expressão deriva do termo francês “bas-fond”, que significa estar num espaço subterrâneo, equivalente ao termo inglês “underground”. Bas-fond soa como “bafon”; daí para se transformar em “bafão” pela proximidade sonora foi só uma questão de uso frequente. O termo tem diversas possibilidades de uso, todas ligadas a eventos que saem da rotina, que têm potencial para virarem fofoca ou algo que movimentam a cena onde ocorre. Significa, assim, algo inusitado; confusão; uma revelação bombástica; situação polêmica e/ou explosiva.

²⁹ Abreviação de “Cisgênero”. Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. (JESUS, 2012). O termo apareceu pela primeira vez em 2011, um texto da transfeminista Hailey Kass, no blog transfeminismo.com, e ganhou ampla repercussão por meio das mídias digitais. No ano seguinte, com contribuições das também transfeministas Viviane Vergueiro e Bia Pagliarini, o termo passou por algumas reformulações, principalmente baseando-se na linguagem e na linguística como ferramenta. Atualmente, é utilizado não somente nos debates transfeministas, mas também na esfera dos debates políticos e da academia.

discutir sobre o que é ser pessoa trans, e sobre quais são as condições para que, assim, elas possam se apropriar dos debates e dos espaços de luta de forma legítima.

Samanta se identifica como mulher transexual, tem 29 anos, mora numa cidade do interior de São Paulo, é membro ativo do grupo, e já participou de inúmeras reuniões em espaços oficiais de militância trans no Estado de São Paulo, mas mediante divergências políticas nos debates propostos nesses espaços, optou por não mais frequentá-los. Mobiliza diversos tópicos não somente nesse mas em outros grupos criados para debates entre pessoas trans, e em grupos que julga que os debates não são produtivos, tenta “causar”³⁰ Comenta que “*as lutas das meninas trans não avançam porque tem muita gente querendo se apropriar do debate, e onde muita gente quer tomar a frente e dizer o que fazer, tudo fica no mais do mesmo*”³¹ e ainda, que não se importa de “*dar ‘bafão’ pra provocar quem realmente é trans participar mais ativamente da luta*”.

A estratégia utilizada por Samanta para incentivar as mulheres trans a se inserirem nos debates sobre direitos e cidadania é o que tomo como ponto de partida para essa reflexão.

Quando perguntada sobre quais os critérios que ela utiliza para delimitar quem é pessoa trans e, portanto, pode debater em grupos sobre pessoas trans no *Facebook*, ela me responde:

querida, não tem como ser trans se nunca foi pra rua viver como trans, apanhar da política [leia-se polícia], se não foi expulsa de casa, se não se preocupa com corpo e não põe peito... essas são as pessoas que eu espero que lutem e se posicionem nos debates, tem muita bichinha para acabar com a nossa luta.

(Trecho retirado de conversa *inbox*)

O discurso de Samanta traz uma marca geracional da travestilidade, na qual as fronteiras entre experiências identitárias pautadas em expressões de gênero pareciam mais rígidas³². Nos

³⁰ Provocar situações controversas.

³¹ Fala retirada de conversa *inbox*, no dia 12 de outubro de 2015.

³² Refiro-me a travestis, mulheres transexuais, homossexuais que adotam estilo *camp* e que se montam ocasionalmente.

anos recentes, sobretudo com a entrada de homens transexuais no movimento, essas distâncias passaram a ser questionadas e mesmo desafiadas, o que possibilitou que se criassem alianças pautadas pelas semelhanças de experiências. Ao mesmo tempo, esses espaços de negociação de identidades tornaram-se mais vigiados e disputados. Assim, as considerações de Samantha encontram ecos na fala de várias outras mulheres trans (travestis e transexuais) que compuseram este campo. A semelhança de vivências em espaços como os de prostituição, bem como nos processos de transformações corporais e de ruptura/fragilidade com os vínculos familiares, afetivos e sociais marcam boa parte das experiências que algumas mulheres trans expõem, e também está presente em diversas etnografias com grande visibilidade nos espaços acadêmicos, especialmente naquelas que se referem a vivências de travestis (KULICK, 1998; PERES, 2007; BENEDETTI, 2005; PELUCIO, 2009). Outra característica marcante, amplamente discutida em pesquisa como as de Marcos Benedetti (2005), gira em torno da transformação dos corpos. Em sua pesquisa com travestis, o autor afirma que elas buscam, em todo o seu processo de transformação, aquilo que chamam de feminino, considerando que essa concepção de feminino está orientada por valores e práticas mais diversas, especialmente no que diz respeito ao corpo e aos seus usos. Mesmo com essas buscas plurais, o pesquisador identifica a busca de um hiper feminino, do ser “mulheríssima”

(BENEDETTI, 2005) como elemento comum nessas construções estético-morais (PELÚCIO, 2009).

Nessa pesquisa, encontrei diversas pessoas que se identificavam como travestis, e não encontravam necessidade de compor uma corporalidade completamente feminina, manipulando os símbolos de um binarismo posto, numa tentativa de transitar e de utilizar-se dele para rompê-lo, o que em muitos debates, não é aceito como legítimo.

Se partirmos da compreensão de que há margens nos centros e centros nas margens, e de que as práticas classificatórias predispõem relações de poder, o processo de construção tanto da identidade quanto da diferença acontece por meio simbólico e discursivo (HALL, 2006). Nesse sentido, é imprescindível que pensemos sobre quais mecanismos são acionados nos discursos que reiteram as normas e identificar se quando há um rompimento é pela criação de novos processos normativos.

Nessa direção, ainda que as vivências trans sejam predominantemente marcadas pelo borramento das fronteiras das normas hegemônicas de gênero (PELÚCIO, 2009), a legitimidade de algumas categorias dessas vivências automaticamente deslegitima outras que não se enquadrem nesses padrões, o que acaba por construir normativas de vivências trans numa dinâmica de identidade e diferença, o que evidencia relações de poder. Esses processos normativos são naturalizados constituindo uma concepção de travestilidade e de transexualidade informada por discursos patologizantes das ciências médicas e psi (LEITE JR., 2011) que se vulgarizaram e passaram a informar de maneira difusa as percepções de senso comum sobre os gêneros e as sexualidades. As pessoas trans não estão imunes a esses discursos, o que implica, por vezes, na não legitimidade de “categorias” que não foram catalogadas a partir desses referentes, tendo em vista a produção de identidades contemporâneas, a maneira como elas são interpretadas e constantemente recriadas.

Judith Butler (2003) constrói sofisticada argumentação mostrando como esses borramentos no campo do gênero incidem na definição do que é ser humano. O gênero é, portanto, um operador de desigualdade a partir do qual se produz discursos que prescrevem como os sujeitos devem pensar e agir para serem reconhecidos como tal, é dizer, para ter sua ontologia reconhecida.

As falas de Samanta anunciam que os binarismos dos símbolos e da corporalidade do que se entende por masculinidade e feminilidade marcam lugares de enunciação numa dinâmica em que se, supostamente uma mulher trans reivindica esse lugar de reconhecimento, este só será legítimo se reproduzir, os discursos essencializados sobre gênero e incorporarem os signos que marcam uma feminilidade tida como hegemônica.

Ao performatizar esses símbolos de forma a desafiar os binarismos de gênero, essas mulheres a quem Samanta pejorativamente chama de “bichinhas”, mostram que é possível ser trans sem estar, necessariamente, cumprindo as exigências da matriz heterossexual que pauta a inteligibilidade dos gêneros a partir de uma equação simplificada na qual sexo, gênero e desejo aparecem alinhados e ordenados de modo que a genitália já anuncia por si um comportamento e um desejo bem dirigidos para a reprodução dos binários rigidamente delimitados e da heterossexualidade (Butler, 2003, p.38).

É na tensão/reiteração entre os elementos heterogêneos do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2005) que essas identidades são construídas. Entendendo o dispositivo da sexualidade uma rede de saberes-poderes que atua sobre os corpos e populações e produz normatizações e normalizações de modos de vida, ele estabelece, a partir de tipologias médico-científicas, psicológicas e jurídicas as margens sob as quais transitará aqueles que subvertem suas lógicas de poder. Nesse sentido é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência (BUTLER, 2003, p. 38), sem deixar de considerar que a identidade se produz na diferença (HALL, 2000), visto que é um significado cultural e socialmente atribuído.

Partindo de outro contexto, Butler trava uma discussão sobre identidade e reconhecimento, pensando justamente nas recusas ontológicas que recaem sobre certos sujeito

cuja experiência é fortemente marcada pelos enfrentamentos com a normas binárias de gênero.

Nas palavras dela:

Alguns humanos não são reconhecidos como humanos e isso os conduz a outra ordem de vida inviável. Se parte do que o desejo procura é obter reconhecimento, então o gênero, na medida em que animado pelo desejo, buscará também reconhecimento. Mas se os projetos de reconhecimento que se encontram à nossa disposição são aqueles que “desfazem” a pessoa ao conferirlhe reconhecimento, ou que a “desfazem” ao negar-lhe reconhecimento, então o reconhecimento se converte em sede de poder, mediante a qual se produz o humano de forma diferencial; Isso significa que à medida que o desejo esta implicado com as normas sociais, se encontra ligado com a questão do poder e com o problema de quem reúne os requisitos daquilo que se reconhece como humano e quem não. (BUTLER, 2006, p. 15)³³

Nessa dinâmica, para ter uma vivência tida como legítima, é necessário estar dentro da norma, o que denuncia a evidência da construção de um “outro”, e conseqüentemente, produz exclusões e violência – ainda que nesse caso, simbólica.

Desse modo, percebo uma permanência do que se entende por legítimo no contexto de mobilização política de pessoas trans, a partir da pesquisa de Carvalho (2011). De acordo com o autor, no cenário político, coloca-se uma tensão entre as identidades coletivas. Por um lado, uma argumentação de que “não se é uma mulher transexual”, mas “uma mulher que vivencia a transexualidade”, possibilitou a reivindicação de algumas militantes para ocupar espaços políticos destinados às mulheres, hoje, reconhecidas oficialmente como tal, e chamadas pelo transfeminismo de mulheres cis. Por outro lado, houve o fortalecimento da política identitária de “ser travesti” e “ser transexual” pelos setores que permaneceram junto a ANTRA e ao

³³ A algunos humanos no se les reconoce en absoluto como humanos y esto conduce a otro orden de vida inviable. Si parte de lo que busca el deseo es obtener reconocimiento, entonces el género, en la medida en que está animado por el deseo, buscará también reconocimiento. Pero si los proyectos de reconocimiento que se encuentran a nuestra disposición son aquellos que «deshacen» a la persona al conferirle reconocimiento, o que la «deshacen» al negarle reconocimiento, entonces el reconocimiento se convierte en una sede del poder mediante la cual se produce lo humano de forma diferencial. Esto significa que em la medida en que el deseo está implicado en las normas sociales, se encuentra ligado con la cuestión del poder y con el problema de quién reúne los requisitos de lo que se reconoce como humano y quién no.

movimento LGBT em geral. Essa posição tem por si só gerado conflitos em torno do que deve ser mais valorizado na constituição dessas identidades e, conseqüentemente, da pauta de reivindicações, uma suposta união em torno de uma nomenclatura única ou o respeito às identidades auto atribuídas e suas multiplicidades.

Em conversa informal, Samanta comenta:

essas bichiinhas se aproveitam de tanto tempo de luta das mulheres trans no movimento social, e ao invés de agradecerem as conquistas, fazem essa bagunça, desmoralizando as travestis (...) aí to vendo aí um monte de menina que so conseguiu chegar na universidade graças as lutas das minhas irmãs mas ao invés de fazer luta la dentro ficam brincando de ser travesti, travesti é coisa séria... e outra coisa, essas bichas vai brigar pelo que no movimento?? se elas nem sabem oq são,vão querer nome social? cirurgia? nao entendo pelo q estao brigando. (Trecho retirado de conversa inbox, em 22 de dezembro de 2014)

A estrutura de ação do Estado, a partir de políticas públicas mediadas por uma concepção de identidade, acaba por tencionar a fluidez das experiências dos sujeitos, exigindo que eles estejam inseridos em categorias identitárias, e que tenham demandas específicas ao que se entende por destinado àquele seguimento. Quando Samanta se refere a outras pessoas trans como “bichinhas”, ela está claramente se dirigindo a uma nova geração de mulheres trans (refiro-me tanto a travestis quanto a transexuais).

Há cerca de duas décadas os espaços majoritariamente ocupados por travestis e muitas mulheres transexuais eram, sobretudo, aqueles não institucionais como os voltados para a prostituição rua e as casas de cafetinas. Este quadro vem passando por paulatinas, mas contínuas mudanças. No atual cenário político brasileiro, no qual os ecos dos Programas que pretenderam promover políticas reparatórias e redistributivas³⁴, tem reverberado, assistimos a

³⁴ “Segundo Rocha (2012), a eleição do presidente Lula, em 2002, representou uma nova fase no que tange à participação social nas políticas públicas. Se a elaboração da Constituição foi um ponto marcante nesse processo, a chegada de Lula à presidência trouxe semelhante esperança, ao menos no imaginário social. Embora considerado

implementação de políticas públicas específicas relativas a direitos sexuais e equidade de gêneros, especialmente em torno da educação e do acesso ao ensino superior, e ainda mais recentemente, a criação de programas destinados ao seguimento trans, como o Programa Transcidadania³⁵.

Esses acessos a bens e serviços são frutos de lutas que resultaram na reconfiguração do campo institucional. Se na década de 1990, as pessoas trans encontraram na luta de enfrentamento à epidemia da aids uma arena propícia de reivindicações, na primeira década deste século, acompanhamos uma flagrante migração de lideranças constituídas nas chamadas ONG/Aids para o hoje reconhecido Movimento LGBT. Essa reconfiguração traz consigo a politização das identidades de gênero e acirra a disputa por direitos que avancem para além das questões associadas às doenças sexualmente transmissíveis e aids, de maneira que a própria demanda por saúde passa a ser em torno do acesso à tecnologias de saúde para adequação do corpo ao gênero pretendido; desdobrando-se em demandas no campo jurídico, como mencionado por Samantha quando se refere ao nome social; e mais recentemente abrange também às questões aos campos da educação e d trabalho formal.

Somada a um cenário de intensas transformações políticas, econômicas e tecnológicas, há também as formas de negociações que as vivências trans têm tensionado. Tiago Duque

moderado nas propostas que fez, o novo governo marcadamente seguiu um tom conciliador em termos de processo decisório, abrindo canais de diálogo sempre que possível, a fim de incorporar movimentos sociais até então ignorados (como os movimentos LGBT). Ao total, o presidente criou e/ou reestruturou 23 conselhos nacionais, somando-se aos 43 preexistentes” [...] não devemos esquecer das “ondas” dos movimentos LGBT no Brasil, e as novas formas de participação social instituídas desde a eleição do presidente Lula. Com efeito, em 2004 foi lançado o Programa “Brasil sem homofobia”, um plano de inserção da não-discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero na busca pelas garantias do Direitos Humanos, além de propor que essa perspectiva fosse adotada transversalmente pelos diferentes Ministérios e Secretarias (CAVALCANTE, 2015, p.217-221)

³⁵ O Programa Transcidadania funciona em instância municipal, na cidade de São Paulo, e teve sua criação no ano de 2014. Tem como principal objetivo “*fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBT em situação de vulnerabilidade, atendidas pelas CADS- Coordenadoria da Diversidade Sexual*”. Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430, acessado em 20 de junho de 2015.

(2009), em sua etnografia sobre montagens e desmontagens de travestis adolescentes, realizada na cidade de Campinas (SP), argumenta sobre o fato de que elas têm se utilizado de maneiras alternativas de manipulação dos corpos como forma de negociar a permanência em alguns espaços de sociabilidade, ao que chamou de “montagens estratégicas”. De forma geral, essas montagens ocorriam em momentos específicos, o que minimizava o estigma da participação em espaços como o ambiente doméstico ou a escola.

Nessa pesquisa, me deparei com algumas experiências semelhantes, que desdobraram no acesso a espaços como a universidade e que repercutem diretamente nas formas de militância e nos debates políticos online, no entanto, não é possível afirmar que as pessoas trans que hoje estão na universidade são fruto somente de uma geração que pôde usufruir da ampliação do acesso às Instituições de Ensino Superior, via políticas públicas, ou que se utilizaram de outras estratégias de negociação da construção identitária.

No entanto, esse cenário, tem viabilizado a visibilidade de experiências de pessoas que se autoidentificam como travestis, por exemplo, se inserirem em espaços acadêmicos. A militância produzida dentro da academia vem trazendo novos discursos, a partir de novos vocabulários e novas corporalidades para o debate político, e tem possibilitado que não somente pesquisadoras/es discutam teoricamente essas experiências, como também que pessoas trans façam essa discussão agregando a essas reflexões de cunho acadêmico a dimensão subjetiva da vivência nas fronteiras do binário de gênero. Para além disso, o contato com a academia tem fomentado diversos discursos em torno da não essencialização das identidades e vem trazendo para cena não somente novas formas de militância, como novos atores com novas formas de experiências trans. O que tem marcado essas experiências, portanto, é o recorte geracional e a incorporação e produção de discursos no qual as produções acadêmicas refletem nas falas reivindicatórias. De maneira que a própria militância, seja online ou nos moldes clássicos, se vê

atravessada por essas elaborações ao mesmo tempo em que as informa a partir de questionamentos sobre algumas produções, como também pela a ressignificação de alguns conceitos ou o rechaço de outros.

Em conversa *inbox* com uma mulher transexual que se afirma transativista³⁶ e que realiza postagens diárias em seu perfil pessoal mobilizando diariamente centenas de curtidas, compartilhadas e comentários, fica evidente o quanto o fato de ter vivenciado o espaço acadêmico a impulsionou não somente a se posicionar politicamente, como a perceber a importância da militância em espaços que o movimento institucionalizado não alcança. No entanto, menciona as dificuldades de ser aceita por algumas pessoas trans por não ter tido vivências em espaços de prostituição, ou no movimento social por exemplo.

Já fui excluída de dois grupos porque não concordo com essas falas essencialistas de algumas mulheres trans. Até me questionaram se sou realmente trans, ou somente um gay vestido de mulher. A sensação que tenho é que se não vivenciei a exclusão em espaços de sociabilidade, não posso ser transexual, o que é muito ruim, pq também sofro uma exclusão subjetiva todos os dias na empresa que trabalho, mas não sou compreendida e aceita entre os meus, mesmo assim acredito na minha luta, e sei que alcanço muitas pessoas com meus posts
(Trecho retirado de conversa *inbox*, em 02 de março de 2015)

Se boa parte das pessoas vive sob a pressão constante das normas de sexo e gênero, é flagrante que dentro do que se entende como vivências fora da norma, criam-se novas normas, e quem rompe com elas em alguma medida, também encontra a necessidade de negociar. “O indivíduo aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular” (BECKER, 2009, p. 41). Assim, mesmo quando se pensa no desvio realizado secretamente na vida privada, ainda há um caráter social, pois inúmeros meios de

³⁶ Termo utilizado nos debates entre pessoas trans para referir-se a pessoas trans que fazem ativismo. Essa categoria é amplamente difundida nos espaços online, de modo que é marcada a partir da atuação nesse cenário.

comunicação podem fazer o papel da interação social, principalmente nos dias de hoje, com a popularização e o amplo acesso à internet. (CARVALHO, 2011)

Na sociabilidade e na participação de formas alternativas de militância em espaços online, a partir do *Facebook*, muitas mulheres trans encontram o reconhecimento de seus lugares de fala e de produção de uma visibilidade para o debate. E essa visibilidade passa por fazer notar quem se é, e de onde se fala.

Não encontrando espaço nas discussões propostas em grupos de maiores repercussões, há a criação de outros grupos, que giram em torno das mesmas temáticas, mas que, tomam outras experiências como ponto de partida. Em outro grupo que pude acompanhar, os discursos sobre a não essencialização das identidades é o que norteia o debate. Pessoas que se autodenominam trans afirmam-se *genderqueer*³⁷, *batatinhas*³⁸ ou ainda *gêneros não-binários*. Os debates no grupo são compostos por pessoas com idades que variam predominantemente entre os 15 e os 20 anos, e giram em torno da necessidade da incorporação de linguagens não-binárias ou neutras no que se refere ao gênero, experiências de uma corporalidade andrógina (que é possível ser visualizada em suas fotos nos perfis pessoais), e ainda debates que demonstram uma apropriação com termos como abjeção, performatividade e heteronormatividade, presentes no referencial teórico *Queer*.

Sobre esse grupo, Samanta comenta:

Deus me livre dessas pessoas, imagina se eles começam a aparecer nas marchas ou nos ENTLAIDS.... não vai ter política pra esse povo, eh muita bagunça, quem vai levar eles a serio???? eu não levo.... (Trecho retirado de conversa *inbox*, em 22 de dezembro de 2014)

³⁷ “É uma forma genérico que engloba uma grande gama de gênero de forma que a ser realmente diferente para cada indivíduo. Assim, cada pessoa que se define como *genderqueer*, se percebe com um gênero diferente dos já descritos por aí”. (Retirado de conversa *inbox* com um dos membros do grupo, em julho de 2014)

³⁸ Quando em contato com um dos membros do grupo, em conversa *inbox*, questionei o sentido do termo, e obtive como resposta: “a gente faz purê do binarismo, queride”. Mais recentemente, uma página pública do grupo foi criada dentro do *Facebook*, em que já no título a questão é esclarecida, de modo que esta intitula-se: *Batatinhas – Fazendo purê do binarismo*.

Nessa direção é possível perceber que mesmo nas relações entre pessoas trans em espaços como o *Facebook*, marcado pela autonomia dos discursos elaborados frente ao contexto da produção de conteúdo, a legitimidade de luta não passa apenas por se afirmar trans e reivindicar um lugar, mas passa pela não legitimidade do discurso frente a algumas mulheres trans, visto não se sentirem pertencentes a uma subcategoria. Se alguns discursos pautam-se no pressuposto de que somente a partir de uma identidade fixa e não binária é possível reivindicar um lugar no mundo, outros discursos reivindicatórios dizem exatamente o contrário, e é ao direito de existência mesmo diante do não pertencimento a categoria alguma que reivindicam estar.

Percebo que há associação direta entre pertencimento geracional e a desqualificação das posições de outras pessoas trans que desafiam esses lugares fixos de gênero e sexualidade, qualificados pelas mais jovens, sobretudo aquelas que estão mais próximas do ambiente acadêmico, como essencialistas. A reivindicação das pessoas trans não-binárias apareceu na fala de algumas de minhas interlocutoras com mais de 25 anos como sendo “*coisa das novinhas querendo causar*”³⁹. De acordo com o argumento de Samanta, não dá pra se dizer trans sem ter passado pela prostituição. Quando questionada sobre a autoidentificação de uma das participantes mais ativas do grupo, e que afirma ser travesti e nunca ter se prostituído, Samanta responde: “*Ah, mas a mona é rica.[...], se transformou há poucos anos.*” Nesse caso, a prostituição enquanto critério estabelecido para ser pessoa trans é relativizado, envolvendo marcadores de classe e geração.

³⁹ Retirado das respostas de um tópico do *Mundo T-GIRL*, em 02 de janeiro de 2015.

A apropriação dos espaços online, e mais especificamente das mídias digitais, por parte das mulheres trans da chamada “Geração Y”⁴⁰, tem inserido novos elementos nas vivências trans e causado uma série de disputas identitárias.

Se de acordo com Marcos Benedetti (2005), os contextos de prostituição deixam de ser considerados apenas como lugar de exposição, exploração e violência, para serem compreendidos como importantes espaços de sociabilidade, para além de ser uma forma de conseguir dinheiro, os espaços de prostituição, nas vivências de mulheres trans (travestis e transexuais), também marcavam a construção e compreensão na manipulação de signos que compunham a constituição de uma feminilidade. Na experiência de várias meninas que acompanhei nessa pesquisa, o primeiro contato com técnicas de modificação corporal se deu em grupos no *Facebook*.

Gisele tem 18 anos e reside numa capital do Nordeste. Atualmente cursa primeiro ano da faculdade de design numa universidade pública, e conta que somente após sair do convívio de uma família um tanto conservadora para estudar, conseguiu afirmar-se travesti. Suas montagens aconteciam “*entre quatro paredes e quase que cinematograficamente*”, e segundo ela, apenas nesses momentos conseguia sentir-se realmente satisfeita consigo mesma. Buscou os grupos no *Facebook* como forma de compartilhar vivências e apropriar-se de algumas técnicas de construção corporal, quando tomou conhecimento do uso dos hormônios.

Usuária assídua da plataforma, Gisele interage diariamente em diversos grupos e se diz incomodada com alguns debates aos quais participou:

(...) na minha casa, era obrigada a ser um gayzinho, o que já não era fácil, fui em um evento trans e senti olhares preconceituosos pq não tenho um corpo

⁴⁰ Atualmente na faixa dos 20 e poucos anos (nascidos entre 1980 e 1995), a chamada Geração Y é o grupo que foi concebido em uma era que já se mostrava diferente: cresceram e se desenvolveram em meio a uma ruptura da família tradicional, estabilização da democracia e chegada da era tecnocrática-digital. Para as travestis mais pobres, a experiência digital é incorporada mais recentemente do que para as mulheres transexuais de classe média, por exemplo.

como o delas, aqui no face quando posto duvidas sobre o meu corpo me zoam, e ainda vem uma irmã dizer que não posso falar em lutas pq nunca sofri violência policial e nunca me prostitui... so quero saber em q lugar nessa vida eu vou me sentir a vontade (...) dizem q eu não sofro exclusão pq estou na universidade kkkkkk so eu sei oq eu vivo (Retirado de um grupo no *Facebook*, em 14 de maio de 2015)

Esse recorte trás pra cena a valorização que o espaço da rua tem nas experiências de ser e tornar-se pessoa trans, reiterando assim a lógica de que mulher trans, sobretudo aquelas que se entendem como travestis, têm que viver às margens e a partir delas se constituir como travesti.

Mesmo no contexto do *Facebook*, a construção do eu passa pela centralidade de uma corporificação imagética somada a uma textualização de vivências e posicionamentos políticos. De forma que os lugares de luta acabam por reiterar normas, as mesmas que parecem oprimi-las. Nessa direção, os debates sobre o corpo e processos de exclusão vividos em campos sociais diversos, acabam por balizar a compreensão sobre a forma pela qual os gêneros podem se tornar inteligíveis.

Os grupos de debate e articulação política do *Facebook* contam ainda com a participação de lideranças históricas do movimento de travestis e transexuais, no entanto essa participação é pouco visível. Não é possível afirmar se há pouca participação, pois, estar inserido na plataforma e não interagir também é uma forma de participar, mesmo que esta seja invisível publicamente. Tendo em vista que a dinâmica de funcionamento e interação por meio da plataforma possibilita comunicações privadas, além do fato que o que ocorre online pode repercutir fortemente off-line, sem que a discussão dê necessariamente na web. Normalmente, quando conflitos estão postos, norteados pelo debate sobre quais as vivências são legítimas ou não para os espaços de luta trans, algumas dessas lideranças se posicionam por meio de postagens, no sentido de mediar e afirmar que a luta é de todas as pessoas que se consideram trans, sem distinção. No entanto, de acordo com Carvalho (2011), dentro dos espaços de

militância institucionalizada, as disputas são intensas e frequentes, especialmente no que diz respeito às categorias “travestis” e “transexuais” e seus usos políticos estão sempre presentes.

Historicamente, essas categorias protagonizam um debate no movimento trans que tem a ver não somente com as disputas identitárias internas ao movimento, mas também com a disputa por uma homogeneidade no que diz respeito às demandas, e conseqüentemente às lutas. De acordo com Carvalho (2011), algumas mulheres transexuais, por exemplo, ao realizar o processo de transgenitalização não se reconhecem mais como tal, e preferem inclusive sair do movimento, a fim de se invisibilizar diante da transição de gênero. Já algumas travestis não querem realizar o processo de transgenitalização como forma de afirmar uma resistência frente a lugar político mediante a norma regulatória de gênero. Esses lugares demarcam as reivindicações do movimento que desdobram na proposição de políticas a partir das demandas que acirram disputas na economia política das lutas identitárias.

Nessa ciranda virtual, emerge ainda os debates em torno das vivências trans masculinas ou de homens trans, que vem se utilizado da internet e das redes sociais digitais como forma de se articularem politicamente e de construir uma visibilidade para o seguimento.

A visibilidade das vivências de pessoas trans, até pouquíssimos anos, era marcada por um recorte feminino. De acordo com Carla Reis (2013), essa visibilidade evidencia-se de fato somente a partir de 2011, com a publicização de experiências como as de João Nery⁴¹. A importância na forma como estes homens estão se organizando politicamente se dá num

⁴¹ João Nery identifica-se como homem trans, e é considerado o primeiro a fazer a cirurgia de redesignação sexual no Brasil. Ao publicar o livro *Viagem solitária – Memórias de um transexual 30 anos depois*, uma narrativa sobre sua história de vida, com destaque para os processos que demarcaram o reconhecimento de uma identidade de gênero que não condizia com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, Nery criou uma grande publicidade a partir de sua experiência, e foi convidado para ocupar espaços de debates acadêmicos, dar entrevistas na grande mídia de massas, ocupar espaços no movimento social, bem como alcançou uma grande popularidade nos fóruns online, especialmente no *Facebook*.

momento histórico de tensão no debate entre academia e movimentos sociais sobre as fragilidades das políticas afirmativas identitárias (REIS, 2013).

A invisibilidade política, frente a uma história de mais de dez anos do que estou tratando aqui como movimento trans brasileiro, construído e mantido por mulheres transexuais e travestis, resulta na emergência pelos debates políticos, e faz esse debate nascer num momento em que o uso da internet tem mediado intensamente as formas de interação. Mesmo no cenário acadêmico, também há uma escassez de produções sobre a temática. De acordo com Simone Ávila e Miriam Grossi:

São praticamente inexistentes no Brasil, estudos sobre transmasculinidades e que os transexuais masculinos, parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas, tendo em vista a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas como os de Marcos Benedetti (2005), Don Kulick (1996, 1997, 1998), Roger Lancaster (1998) e Fernanda de Albuquerque e Maurizio Janelli (1995), e transexualidade feminina, como o estudo de Berenice Bento (2006) em comparação com a quase inexistência de similares sobre transexualidade masculina. (AVILA e GROSSI, 2012)

O movimento dos homens trans assume um caráter diferenciado em relação ao movimento de mulheres transexuais. Ele se organiza e se institucionaliza a partir dos espaços acadêmicos e ganha visibilidade a partir do *Facebook*.

Não pretendo discutir aqui as formas de articulação do movimento de homens trans, mas refletir sobre como esse segmento tem contribuído, e também gerado tensões nos debates entre pessoas trans na plataforma.

Não entendo como a [moderadora de um grupo] aprovou a entrada do [homem trans] no grupo... acho um desrespeito, as demandas deles são outras... se é pq eles são trans, não tem nada a ver, e acho violento ter homens comentando nos tópicos, tudo bem que eles já foram mulheres, mas como vão contribuir?? eles não querem colocar peito, é como se fosse um outro tipo de trans (Samanta, em conversa inbox, em 11 de maio de 2015)

A predominância de homens trans nos espaços da plataforma é visivelmente localizada. A partir de minha imersão no campo, percebi que em grupos criados para debates políticos sem vinculação com o movimento trans institucionalizado, há pouca participação e até mesmo aprovação de solicitações de participação. Percebo isso a partir da publicação de diversas postagens nos grupos comentando que não aceitam homens trans. Já nos grupos criados a partir dos fóruns ou associações, há presença e interação, mas a maior mobilização de interações deles na plataforma é a partir de seus perfis pessoais e páginas públicas, o que é justificado por argumentos como os de Samanta.

Apesar da inserção ainda insipiente nos espaços de debates, as negociações são mais evidentes entre homens e mulheres trans, e é percebido uma crescente na inserção deles no discurso reivindicatórios, especialmente por parte das mulheres trans que fazem a chamada “*militância de Facebook*”⁴².

Se de acordo com Berenice Bento (2011), demarcar uma identidade é o que menos importa, já que as marcas identitárias são abertas e problematizáveis, no cenário das disputas políticas mediadas pelas interações online essas marcas são intensamente discutidas, e funcionam como um dispositivo que delimita lugares de existência, tencionando o próprio campo de luta das pessoas trans.

É notório que partir de uma concepção fechada de identidade não dá conta da multiplicidade de experiências de gêneros dissidentes, no entanto, ele se torna ponto de partida de disputas políticas no segmento trans.

Sei que somos iguais e temos reivindicações comum, mas nossas vivências são diferentes, eu não vou permitir q essas meninas me digam q não sou trans, so que pode dizer isso sou eu mesmo (...) Precisei sair

⁴² Termo utilizado na plataforma pra referir-se a pessoas trans que fazem das interações online espaços de militância. Boa parte dessas pessoas tem ou tiveram uma vivência acadêmica e são pouco valorizadas enquanto militantes pelo movimento institucionalizado. Discuto mais detalhadamente esses conflitos no segundo capítulo dessa dissertação.

de casa pra me assumir, não vou permitir que aqui na internet, que ninguém é nada meu, me digam como tenho que ser, ser trans é resistência ate diante das minhas irmãs, nunca pensei q diria isso mas e verdade.

(Gisele em conversa *inbox* no dia 03 de junho de 2015)

Cabe pensar aqui que o que se entende por ser trans passa pela noção de estereótipos como descritores potentes, simplificados, a-históricos e que tendem a reproduzir a ordem hegemônica. Notadamente, esses estereótipos são marcados pelas concepções produzidas pelo saber médico e pela visibilidade das mulheres trans que estão inseridas no movimento social, além daquelas já discutidas por meio das produções científicas. Se, por um lado, boa parte da produção acadêmica, especialmente em torno das ciências humanas, tem discutido a multiplicidade das experiências trans e vem trazendo pra cena debates como o da despatologização (BENTO e PELÚCIO, 2012), o fato de muitas/os pesquisadoras/es terem entrado em contato com suas informantes de pesquisa tomando como ponto de partida vias como a prostituição, no caso de travesti e hospitalar, no que toca às transexuais, se somou a visão bastante arraigada de senso comum de que travestis estão ligadas ao mercado do sexo e transexuais desejam operar-se pelo repúdio que têm à sua genitália. Essa percepção parece reforçar o argumento para algumas mulheres trans de que a prostituição, por exemplo, é uma vivência que legitima um lugar trans⁴³. No entanto, a constância com que a “pista”⁴⁴ apareceu em diversos trabalhos acadêmicos, e inclusive foi tomada como ponto de partida em várias etnografias, tem a ver com a frequência com que ela era mencionada na fala das pessoas trans enquanto um *locus* comum àquelas vivências, o que demonstra que a “pista” enquanto um lugar de reconhecimento de si e de pertencimento tem muito mais a ver com um senso comum como construtor de lugares sociais

⁴³ Nessa pesquisa encontrei diversas falas que exemplificam o argumento de que uma “trans legítima” passa pela prostituição, a partir de suas leituras sobre as pesquisas já publicadas em torno de vivências trans nos espaços de prostituição

⁴⁴ Termo utilizado para referir-se aos locais de prostituição em meio aberto – praças, ruas, avenidas, etc. (PELUCIO, 2005; DUQUE, 2009)

a partir da reprodução e reiteração de lugares às margens, provocador pela incompreensão dessa experiência de gênero

Levando em consideração o caráter difuso das interações no *Facebook*, e a entendendo como um *locus* potencial para a proliferação de ideias, ideologias, atividades, ações e intervenções, diversas outras pessoas também compõe esse cenário virtual, tais como militantes de outros movimentos sociais, feministas, estudantes universitárias/os, entre outras que se interessam pelas questões postas no debate. Há um cenário político que se desenrola fora da rede, mas que repercute diretamente nela, e que acaba por nortear concordâncias e discordâncias nas discussões suscitadas, além de aproximar ativistas de outros campos identitários que se mostram simpáticos às ideias formuladas e propostas por meio das postagens de pessoas trans mais ativas digitalmente. As mesmas pessoas trans que interagem nos tópicos e páginas direcionadas para vivências trans, também identificam-se com outros espaços virtuais, sejam eles políticos ou que expressam adesão a estéticas específicas no campo das artes, tais como o movimento negro, feministas, transfeministas, discussões a partir de uma posição partidária ou de variados estilos musicais, entre outros. Essa interseccionalidade de temáticas, somada a variedade de atores, e a multiplicidade de vivências trans, torna os debates e as dinâmicas ainda mais complexas.

As disputas em torno do que deve ser prioridade como demanda (acesso às cirurgias, hormonoterapia, criminalização da homofobia, troca de documentos, acesso ao trabalho formal etc.) denunciam o lugar fronteiro no qual estas identidades são gestadas, afinal demanda-se, muitas vezes direitos básicos como saúde, educação e segurança. Na produção de novas identidades encontram-se discursos que politizam as questões de gênero e sexualidade marcando a emergência de uma luta que busca dar conta da multiplicidade de vivências das pessoas que se autodenominam trans. Este cenário põe em xeque as assimetrias dentro do movimento trans dentro e fora das discussões online, forçando as fronteiras institucionais que,

muitas vezes, hierarquizam demandas criando prioridades para a luta. Assim, observa-se uma crescente disputa nos discursos reivindicatórios dentro da plataforma, que mobiliza tópicos, discussões, compartilhadas, curtidas, e muitos debates. Pessoas nomeadas como cisgênero também compõe esse cenário de debates, e tornam ainda mais visível as demandas políticas das pessoas trans, e as reivindicações por lugares de existência social e vidas menos precárias. O conceito “Vidas Precárias”, proposto por Judith

Butler (2006) refere-se àquelas vidas vividas em terreno hostil, cuja socialização foi marcada pelo rechaço social. Richard Miskolci (2011), discorre sobre o conceito: “Vidas precárias seriam a de todos/as que aprenderam a se compreender a partir da injúria, da experiência de serem ofendidos por estarem sob a suspeita ou serem comprovadamente sujeitos fora da norma heterossexual.” (MISKOLCI, 2011, p.52).

Nesse cenário, as pessoas cisgênero tem um papel importante, ainda que apenas como pauta nos tópicos, ou argumento que deslegitima a participação nos debates a partir de um processo identificatório. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2012), trata-se de pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento, ou ainda que localizaria-se como uma oposição ao termo “transgênero”. O termo encontra-se em um campo de intensas disputas. Alguns/algumas teóricos/as *Queer* o rejeitam sob a justificativa de que seria um conceito que surge para dividir e que pouco contribui para refinar o debate sobre corporalidades, deixando de problematizar a abjeção que toca outros corpos também recusados socialmente como de pessoas gordas, com deficiências físicas entre outros que não conseguem fruir os privilégios de serem percebidos como ajustados. Há também a crítica relativa à forma como o conceito vem sendo empregado de forma acusatória, criando mais uma relação binária em torno das nomenclaturas de gênero (cisgênero – transgênero). Tal termo identificatório surge em alguns contextos como uma forma de demarcar um lugar de normalidade, e em outras como

um termo acusatório, delimitador de falas⁴⁵. A participação ativa de pessoas chamadas de cisgêneras nesses debates em muito tem a ver com a relação de proximidade que alguns coletivos ou movimentos sociais passam a ter ao dialogar em espaços comuns dentro da plataforma. A possibilidade de compartilhamento, e a consequente propagação de postagens também gera um alcance para além das pessoas trans, trazendo novos sujeitos para as discussões.

⁴⁵ Como exemplo dessa discussão em nível acadêmico, ver o curto artigo de Carla Rodrigues, publicado no site do Gedeles: <http://www.geledes.org.br/o-cisgenero-nao-existe/>

CAPÍTULO II – “E ESSA TAL MILITÂNCIA DE *FACEBOOK*?”: SOBRE QUANTAS HASHTAGS SÃO NECESSÁRIAS PARA COMPOR UMA LUTA LEGÍTIMA

“Narrar-me mulher trans é, acima de tudo, um ato político”⁴⁶.

Essa postagem foi retirada do perfil pessoal de Maia, mulher transexual, que conta atualmente com um total de 2.098⁵³ amigos no perfil, realiza diversas publicações diariamente na plataforma e afirma que essa é a sua forma de fazer militância. Maia tem 26 anos, mora numa grande capital do sudeste brasileiro, atualmente, segundo ela, encontra-se em fase de doutoramento, e é professora de uma renomada universidade privada.

Tomo a fala de Maia como ponto de partida, neste capítulo, para discutir sobre como no cenário da plataforma, as múltiplas vozes tem se articulado para fazer ativismo, e de que forma essas interações tem gerado novos modos em torno de um fazer político. A partir dos discursos encontrados no campo, procuro entender quais as engrenagens que movimentam essa lógica, e de que forma ele é tensionado com as práticas e discursos do movimento trans institucionalizado.

O ativismo e a militância convergem e divergem entre si em uma medida não somente semântica e conceitual, mas temporal, e principalmente contextual. Cristina Câmara da Silva (1999) propõe em sua tese, ao refletir sobre como se entrecruzam ativismo, ajuda mútua e assistência no contexto dos grupos que organizam o cenário de luta contra a AIDS, e de acordo com as reflexões suscitadas pela autora, enquanto a militância é permeada por aspectos mais

⁴⁶ Data da postagem: 02 de junho de 2015 ⁵³
Contabilizado em 07 de junho de 2015.

ligados a uma noção de coletivo, tomando como ponto de partida a sociedade, e com organização centralizada. Enquanto o ativismo toma como ponto de partida o indivíduo e a experiência subjetiva deste. No ativismo, diferente da militância, o engajamento é muito mais pessoal e íntimo, e os aspectos da luta estão muito mais ligados a um tempo presente, com liderança difusa, e com organização segmentada e descentralizada.

Parto desses conceitos para compreender como as formas de engajamento e de fazer política entre pessoas trans no Facebook tem sido tensionada e negociada com o movimento social institucionalizado, visto que todos esses atores compõe essa arena.

Cidadanias precárias

No cerne do movimento trans brasileiro estão as reivindicações em torno do acesso e do direito a cidadania, no sentido empregado por Marcia Ochoa, quer dizer, se sentirem pertencentes a um coletivo abrangente. Pautadas numa constituição que garante, nos termos da lei, igualdade a todos/as cidadãos/cidadãs, as reivindicações passam por ações políticas que reivindicam respeito, visibilidade positiva, acesso à saúde integral (não apenas a políticas sobre DSTs e aids), enfim, uma outra política para novas políticas públicas.

A antropóloga Marcia Ochoa, que fez sua etnografia na capital da Venezuela, Caracas, escreve em seu artigo “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’” que

A cidadania tem tanto sua dimensão afetiva como sua dimensão estrutural. Ambas as dimensões necessariamente marginaliza as transformistas [categoria venezuelana para travestis]. O importante da cidadania para meu trabalho é que facilita lógicas, estéticas, práticas e estruturas de participação. Para que a cidadania seja útil para as

transformistas é preciso transformar a noção de política e, ao mesmo tempo, a noção de cidadão. Quer dizer, para que uma pessoa se imagine como “sujeito de direitos” e participe no cumprimento de seus direitos, deve existir um processo de produção de subjetividade ao mesmo tempo em que se luta por um reconhecimento estrutural. Então, se definimos como cidadãos o sujeito de direitos que exerce esses mesmos direitos e o reconhecimento verdadeiramente enfrenta à situação de marginalização social, temos colocada a ideia de cultivar cidadania entre travesti como uma intervenção em sua problemática (Ochoa, 2004, p.244)⁴⁷.

A proposta vale, aqui, também para pessoas trans, acredito. Pois, o que está posto na arena de lutas por cidadania, passa pelo reconhecimento como possibilidade de ter sua existência assegurada. Mais uma vez, retomo as discussões de Butler sobre reconhecimento. Propõe ela em entrevista a psicanalista Patrícia Porchat Knudsen, que para que haja o reconhecimento da humanidade de alguns humanos,

[...] as condições sociais precisam ser propiciadoras. Não é uma capacidade interna, é uma capacidade que vem a ser vivida e exercida nas relações sociais. Então para mim não é uma parte monádica da minha existência, é algo que só se torna possível no contexto de um conjunto de relações. Não posso persistir em meu próprio ser sem ser parte de um mundo social que torna isso possível e em relação com outros, que, em certo sentido, precisam solicitar ou apoiar meu desejo de viver (BUTLER em KNUDSEN 2010, p.167)

Se anteriormente, a criação de espaços de luta garantiam os debates, institucionalizados, a criação de novos espaços reivindicatórios não vinculados aos fóruns oficiais vinculados ao movimento social organizado, assim como associações e conselhos

⁴⁷ La ciudadanía tiene tanto su dimensión afectiva como su dimensión estructural. Ambas dimensiones necesariamente marginan a las transformistas. Lo importante de la ciudadanía para mi trabajo es que facilita lógicas, estéticas, prácticas y estructuras de participación. Para que la ciudadanía sea útil a las transformistas hay que transformar la noción de política y al mismo tiempo la noción de ciudadano. Es decir, para que una persona se imagine “sujeto de derechos” y participe en el cumplimiento de sus derechos debe existir un proceso de producción de subjetividad al mismo tiempo que se lucha por un reconocimiento estructural. Entonces, si definimos como ciudadano al sujeto de derechos que los ejerce, y si los derechos y el reconocimiento verdaderamente enfrentan a la situación de marginación social, tenemos planteada la idea de cultivar ciudadanía entre las transformistas como una intervención en su problemática.

também vem ganhando espaço. Pois é neles que a dimensão político-filosófica do reconhecimento ganha espessura política, como pretendo discutir ao longo deste tópico.

De acordo com Carvalho (2011), o movimento de travestis e transexuais, articulado a partir de organizações e grupos políticos, tem como principais demandas a facilitação do processo de alteração de nome e sexo no registro civil, o acesso a tecnologias de transformação corporal no SUS e a despatologização da transexualidade. As interlocuções sobre essas demandas vêm sendo feitas entre o movimento social e o poder público, principalmente o Governo Federal. Todas estas passam pela reivindicação da legitimidade das vivências trans.

Essas demandas se constroem num contexto de crescente mobilização por parte do movimento trans brasileiro, numa tentativa de minimizar as condições de uma cidadania precária, como propõe Berenice Bento, conceito que se soma ao já exposto: cidadania perversa.

Para Bento a precariedade é decorrente de uma vida que desafia as normas de gênero. A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo. (BENTO, 2013)

Se no que diz respeito às Políticas Públicas para travestis e transexuais, a luta pelo reconhecimento da cidadania— até a década de 1990, esteve mais centrada no que Larissa Pelúcio (2009) chama de “sidadanização”, quer dizer, o acesso a direitos via o dispositivo de prevenção às DSTs/Aids. Durante muito tempo, a atenção do Estado às pessoas trans ficou

concentrada nas questões ligadas à saúde, especialmente na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (HIV-AIDS).

Já no fim dos anos 2000 a saúde integral passa a ser pauta. Nesse contexto, em 2008 é instituído o Processo Transexualizador (PrTr) no âmbito do SUS, e é criado em 2009, na cidade de São Paulo, o Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais⁴⁸, emblematicamente instalado onde já operava o Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde.

Política da identidade x Política da diferença

Podemos aprofundar as mudanças pontuadas acima tomando como eixo central o programa *Brasil Sem Homofobia* que, apesar das críticas que se pode fazer à sua implementação e execução, trouxe alguns avanços, como pontua Bruna Irineu:

A execução do Programa Brasil sem Homofobia enfrentou muitas dificuldades no que diz respeito a ampliação e transversalização das políticas macro, tendo como ações realizadas: apoio a projetos de ONGs; capacitação de militantes e ativistas; criação de núcleos de pesquisa em universidades públicas; projetos de capacitação de professores da rede pública; programas na área de saúde e prevenção de DST/AIDS; e criação de centros de referência em direitos humanos e combate a crimes de homofobia Atualmente o avanço no campo dos direitos tem possibilitado o acesso vinculado à saúde integral, à assistência social, educação, entre outros (IRINEU, 2014, p.199).

Implantado em 2004, ainda durante o primeiro governo Lula, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o *Brasil Sem Homofobia* foi o primeiro

⁴⁸ É importante salientar que, embora o Processo Transexualizador tenha sido instituído no SUS em 2008 e Ambulatório de Saúde Integral a Travestis e Transexuais da cidade de São Paulo tenha sido anunciado como pioneiro, em 2007 foi criado o Ambulatório de Saúde das Travestis, no Ambulatório Amélio Marques, vinculado ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC/ UFU), sendo implantado como uma atividade extensionista do Programa de Extensão “Em cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania”. Para ver mais sobre essa discussão, ver Corgosinho *et al* (2009)

programa específico para a promoção de direitos baseada na exclusão por orientação sexual e expressão de gênero. Assim, o momento político da primeira década do século XXI é fundamental para a compreensão histórica da organização, articulação e composição do movimento de travestis e transexuais no Brasil, mas antes disso, é preciso destacar a relação entre o movimento trans e a criação de Políticas de Prevenção de DST/Aids.

Segundo Carvalho (2015), ainda que se considere que o formato de organização deste movimento em ONGs como única possibilidade política compusesse o quadro mais geral de reflexos dos movimentos sociais nos anos 1990; no caso do ativismo da AIDS, havia uma compreensão estratégica da importância da organização e empoderamento desta população para a luta por direitos que tivessem no horizonte político a redução das vulnerabilidades sociais em face da infecção pelo HIV, e uma compreensão tática de que naquela conjuntura as ONGs seriam a melhor, se não a única, forma de se executar tal projeto. Nesse sentido, havia, inclusive um contexto propício, na medida em que o Programa Nacional de DST/Aids⁴⁹ viabilizou que as ONGs estabelecessem parceria com movimentos sociais, como o de prostitutas e o, então chamado movimento homossexual, que tentavam se organizar e que, mais tarde, resultaria num trânsito intenso de militantes de ONG passando a gestores de programas governamentais.

Somando-se a isso, havia uma crescente descrença na política partidária e uma fragmentação de lutas e demandas com movimentos sociais mais identitários, que acabam convergindo, no caso da AIDS, para a formação de ONGs.

Já nos anos 2000, a ampliação dos espaços de interação sócio-estatal, ampliação característica do Governo Lula, abre outra estrutura de oportunidades políticas para os

⁴⁹ Essa viabilização se deu a partir do Acordo de Empréstimo do Governo Brasileiro com o Banco Mundial para financiamentos denominados Aids I (1994-1998) e Aids II (1998-2002) para implementação de ações de prevenção e tratamento e de redes alternativas assistenciais, visando a participação da sociedade civil. (Política Nacional de DST/aids: princípios e diretrizes / Coordenação Nacional de DST e Aids, 2009)

movimentos sociais. Assim, se as ações desenvolvidas pelo movimento na década de 1990, financiadas em larga escala por fundações e organismos internacionais, construíram uma geração militante que relacionava o “fazer política” à “prestação de serviços”, mais claramente à realização de projetos de prevenção ao HIV/AIDS, nos anos 2000 o movimento teve que se familiarizar com outra lógica, ou seja, a lógica da participação e da burocracia dos processos de interação sócio-estatal.

De acordo com Carvalho (2015), esta transformação é perceptível na mudança dos temas tratados nos encontros nacionais, a exemplo do ENTLAIDS. Enquanto nas primeiras edições, havia um maior espaço dedicado à instrumentalização de ativistas para a criação e gestão de ONGs; no final dos anos 2000, os encontros são marcados pela presença sistemática de representantes de diferentes esferas de governo compartilhando mesas com ativistas que ocupam espaços de representação da sociedade civil nessas mesmas esferas. Outro fator determinante na passagem dos anos 1990 pros 2000 foi a popularização do vocabulário médico-psiquiátrico relacionado à transexualidade e a disponibilização de tecnologias de transexualização no SUS. Em 1997, as cirurgias de redesignação genital deixam de ser consideradas “crime de mutilação” e passam a ser realizadas em caráter experimental em alguns hospitais universitários do país, segundo a Resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Nesse novo cenário, configura-se uma aliança estratégica de ativistas com setores da academia e do governo federal, culminando na normatização do processo transexualizador no SUS pelo Ministério da Saúde em 2008⁵⁰. Essa aliança foi, e continua sendo, responsável por

⁵⁰ Para os homens trans, somente há a normatização do Processo Transexualizador com a Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina, que considera que os procedimentos de retiradas de mamas, ovários e útero deixam de ser experimentais e podem ser feitas em qualquer hospital público e/ou privado que sigam as recomendações do Conselho.

uma série de mudanças nas políticas públicas de saúde voltadas para a população trans. A organização política em torno da identidade transexual trouxe para o centro do debate outras reivindicações que partiam da luta por reconhecimento e que procuravam mostrar que as reivindicações no campo da saúde eram urgentes, pois tinham implicações cotidianas no que se refere ao acesso à cidadania, uma vez que a “inadequação” entre genitália (sexo) e gênero experimentada por estas pessoas, e materializada em seus corpos, provoca e justifica um conjunto amplo de injustiças. Assim, num só e mesmo enquadramento, foram incluídas e denunciadas: a violência policial, a negligência médica, a exclusão da família e do ambiente escolar, a migração forçada, a humilhação pública, a violência doméstica, o desrespeito sistemático, o trabalho precário, a pobreza, o controle médico, a esterilização forçada, a prostituição como destino, o HIV, o tráfico de pessoas, o estupro corretivo, e, no topo, o sistemático assassinato de pessoas trans, colocando o Brasil como o segundo país a matar mais pessoas trans no mundo, em relação à população geral.

Atualmente, a agenda do movimento trans brasileiro envolve um conjunto de reivindicações que passam pelos diversos setores sociais, mas que também reconhece os avanços no plano político a partir de medidas como a redesignação do “sexo” e a mudança do nome em documentos de identidade; o acesso à políticas de saúde específicas; a inclusão de debates sobre gênero e sexualidade em Programas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o Programa Brasil sem Homofobia, a inclusão do nome social no ENEM; a criação dos Centros de Referência LGBT; a criação do *Projeto ASTRAL TOP – Trabalho, Oportunidade e Previdência*⁵¹, entre outros (MELLO *et al*, 2012; CARRARA, 2010).

⁵¹ O objetivo desse projeto, proposto em 2010, é trabalhar com as travestis e transexuais a perspectiva de questões ligadas à previdência social e ao trabalho.

No Governo Lula, um passo importante para a ampliação da garantia de direitos foi dado com o aumento da interlocução com representantes da sociedade civil em conferências, como a I e II Conferência Nacional LGBT, bem como instituição de conselhos LGBT municipais, estaduais e federais, grupos de trabalho e fóruns variados, num processo que amplia o diálogo acerca das decisões políticas, embora possua caráter restrito enquanto espaço de deliberação e controle social efetivo (MORONI, 2005). Todas medidas previstas no Programa Brasil Sem Homofobia (IRINEU, 2014). Os avanços no campo dos direitos, no entanto, não minimiza as tensões internas dentro do movimento social, uma vez que as reivindicações também passam por uma luta por reconhecimento de lugares de fala dentro do próprio movimento. Diante destes avanços que mesmo não sendo suficientes indicam conquistas históricas, passamos a assistir a um acirramento nas disputas internas. Os tensionamentos políticos avançam para além das demarcações identitárias e passam a envolver também posicionamentos políticos que interseccionam as lutas trans com as demandas feministas.

Assim, a reivindicação da categoria “transfeminismo” entra na cena do ativismo, invadindo também o espaço da militância institucionalizada. Alguns elementos do contexto atual são necessários para esta compreensão: o afastamento de algumas ativistas de espaços oficiais da militância institucionalizada e a diminuição das disputas identitárias internas, perceptível na utilização de um termo único para se referir aos sujeitos do movimento, enquanto pessoas que não encontram em suas vivências, coerências nos processos identitários baseados em modelos binários de gênero (significativo uso de “trans” ou “pessoas trans” ao invés de “travestis e transexuais” e aumento de espaços de participação na gestão de políticas públicas nas quais tal diferenciação não importa ou deixou de importar); a organização política em nível nacional de homens transexuais; a ampliação no acesso ao ensino superior e aumento relativo na escolaridade média das e dos militantes; mudança na literatura acionada como

referenciadoras das conformações identitárias e políticas (saindo da psicanálise para as ciências sociais e a teoria queer); o surgimento de outras formas de organização diferentes das ONGs como os coletivos universitários, e a democratização no acesso à internet e as novas tecnologias de comunicação e informação.

Todo esse cenário marca não somente a constituição como as transições que compõe o movimento trans brasileiro institucionalizado. No entanto, ao considerarmos outras formas de militância, que não as que se encontram em diálogo direto com o Estado, percebemos que se as formas de subjetivação, práticas e modelos de vida são impostos a partir de discursos hegemônicos heteronormativos⁵², e se este reforça cotidianamente que o espaço a ser ocupado pelas pessoas trans é o das margens, tomando como justificativa a “incoerência entre gênero, sexo e desejo” (BUTLER, 2003), a busca por “*respeito às travestis*”⁵³ (legenda de uma figura ilustrativa publicada em um grupo criado para debates entre pessoas trans, em 25 de abril de 2014) e as inúmeras publicações de cunho reivindicatório nos espaços online demonstra que há resistência por parte delas, de que essa realidade seja mantida. Para, além disso, essa resistência surge a partir de múltiplas vozes e lugares.

Maia, mencionada no início desse capítulo, é uma dessas vozes. Ainda que ela reconheça a necessidade de um movimento institucionalizado que dialogue com o poder público, insiste que militância mesmo se faz no dia-a-dia e, por isso, é preciso mobilizar novas e criativas estratégias de enfrentamento às exclusões.

⁵² Miskolci (2009) discute a heteronormatividade como um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo daqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, de acordo com o autor, ela fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto.

⁵³ Aparentemente inspirada no slogan da campanha Estadual (SP) “Travesti e respeito: Olhe e veja além do Preconceito”, proposta pela Coordenação do Programa Estadual DST/AIDS-SP da Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, vinculada a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, em 2011.

Nesse sentido, o *Facebook* funciona como um importante recurso narrativo diante da emergência da negociação da visibilidade pública de uma existência trans e para a afirmação das bandeiras do segmento.

Não adianta passar pela cirurgia de redesignação, realizar mudança de nome em todos os documentos, entrar na universidade, conseguir um bom emprego, e as pessoas continuarem a olhar pra você te chamando de viadinho, porque você não tem uma boa passabilidade⁵⁴. Pra mim, a verdadeira transformação, a verdadeira luta está na sensibilização dessas pessoas para as nossas vivências. Nós existimos, e precisamos viver com dignidade.

(Maia, em um comentário em sua página pessoal, em 19 de abril de 2015)

Na fala de Maia localizo que há um reconhecimento por parte das pessoas trans de que suas demandas extrapolam os limites da necessidade de criação de Políticas Públicas para o acesso a bens e serviços, e evidenciam a necessidade de uma luta que centralize esforços na minimização do estigma e do preconceito em torno de suas vivências. São, portanto, demandas por transformações culturais. Como já discutido, a partir de Ochoa, o que se está buscando são outras formas de se fazer política capazes de proporcionar um campo novo para a constituição de subjetividades que não sejam marcadas pela abjeção.

Há no depoimento de Maia, reproduzido logo acima, a legitimação das múltiplas formas de fazer resistência política no cotidiano, enfrentamentos nos quais pessoas como Maia, se reconhecem como ativistas. Ainda que estas não estejam engajadas em movimentos institucionalizados, entendem suas existências/persistências/resistências como subversivas. Visibilizar e denunciar as exclusões pelas quais passam exige um outro tipo de debate que traz para cena uma série de desafios, tais como o questionamento sobre a centralidade dos antigos

⁵⁴ Termo utilizado para referir-se a pessoas que, mediante a transformação de seus corpos, não carregam características que denunciam a não conformidade entre a genitália e o gênero socialmente esperado para essa genitália.

espaços de luta e do movimento social, que nesse momento, para ela, já não se mostram tão potentes, e tampouco suficientes na desconstrução e problematização dos processos normativos.

Nesse sentido, o caráter do ativismo com o qual Maia se identifica, concentra esforços em mobilizar debates que tencionam convenções sociais sobre gênero e sexualidade, questiona o acesso constrangido a direitos e denuncia as punições que considera imerecidas porque baseadas em supostas verdades de como deveria ser seu corpo e seu desejo. Vitórias também são anunciadas a partir do uso das ferramentas do *Facebook* dando visibilidade às conquistas trans, todos movimentos que visam combater a perspectiva naturalizada sobre as ilegitimidade dessas vivências, sobretudo se se pretendem fora dos marcos patológicos.

Assim, o ponto central dos debates propostos por Maia tem a ver com o questionamento dos códigos normativos regulatórios e dos valores sociais hegemônicos relativos ao gênero e à sexualidade, uma vez que há o reconhecimento de que estes não somente questionam, como também inviabilizam a sua existência. Em contraponto, mas não menos importante, a militância institucionalizada concentra-se em, a partir do acesso a bens e serviços, e da promoção da cidadania, a garantia de um aparato legal do Estado por vidas menos precárias, por meio da proposição de políticas públicas baseadas nas suas demandas. No entanto, o que se toma como ponto de partida na proposição e construção de políticas públicas, são as demandas identitárias, e estas não dão conta das especificidades de boa parte das pessoas que nem se enquadram na lógica hegemônica de práticas e vivências de gênero e sexualidade, e tampouco dá conta das demandas que se interseccionam com outros marcadores sociais da diferença, visto que, o que sustenta essas políticas é a lógica identitária.

Toda identidade, ensina Butler (2003), é normativa, o que não significa que essas não possam existir no campo transgressivo. A questão é não engessá-las de maneira a criar com esse movimento outras categorias de exclusão que não seriam abarcadas, por exemplo, por

determinadas Políticas públicas. No entanto, não se trata de se buscar “uma ampliação numérica das identidades, das identidades subtraídas cada uma delas de sua própria coerência. Porque, então, junto com o maior número de divisões de identidades, também aumentariam seus exercícios de exclusão”. (DÍAZ, 2013, p. 458).

Em muitos fóruns institucionalizados e mesmo não institucionalizados, muitas vezes o que se percebe é a defesa de uma forma essencializada de se fazer política, uma espécie de essencialismo estratégico. (BRAH, 2006)

Ainda sobre a proposição de políticas identitárias, Tatiana Lionço (2009) a entende como uma “problemática essencialização das supostas identidades transexual e travesti, categorizadas em diagnósticos médico-psiquiátricos insuficientes para o reconhecimento da pluralidade característica desses segmentos da população”. A compreensão de que os marcos legais por si só não superam as expectativas do próprio movimento acabam por construir novas formas de pensar essas demandas e suas respectivas lutas políticas.

Leandro Colling (2010), ao fazer uma análise crítica das perspectivas essencialistas das políticas identitárias, aponta para o potencial das políticas *Queer*, tendem a deslocar os questionamentos para a ordem social que sustenta discursos de exclusão e não, propriamente para as identidades. Quer dizer, desloca o foco do indivíduo para o as normas que os constroem. O autor toma como pano de fundo o PROYECTO TRVNSGEN3RO, idealizado e desenvolvido no Equador.

Colling parte da proposta norteadora-chave de Joshua Gamson (2002) sobre a existência de movimentos sociais capazes de lutar simultaneamente com os dois sistemas de opressão (culturais e institucionais), para argumentar sobre a necessidade de se pensar as políticas afirmativas/essencialistas/de identidades coletivas versus políticas antiessencialistas/identidades singulares, na busca por um movimento que ataque ao mesmo tempo os dois

sistemas de opressão a partir de estratégias políticas que só poderão ser conduzidas e implementadas por pessoas com novos referenciais teóricos, grandes capacidades de aglutinação e diálogo, e que apostem na possibilidade de alianças a partir da diferença, e não propriamente da igualdade.

As postagens de Maia, assim como de diversas outras militantes trans do *Facebook*, apoiam-se em proposições *Queer*, que embora não seja mencionado de forma literal e explícita, assume um papel norteador nas suas falas reivindicatórias. Alguns termos da teoria são acionados, assim como nos grupos dos *batatinhas*, como discutido no capítulo anterior, tais como abjeção e heteronormatividade.

Maia fala sobre a emergência da não normatização dos corpos:

Aos que dão parabéns às pessoas trans por elas não se parecerem trans, eu dou o meu veredito: TRANSFOBIA DESCARADA. Com esse singelo parabens, você mantém a transgeneriedade no terreno do abjeto e procura enquadrar o sujeito trans nas caixinhas normativas do savoir-faire uma estética adequada ao gênero requerido a partir de pressupostos heteronormativos.

*Com licença, não normatize meu corpo: não sou teu avatar*⁵⁵.

(Maia, em postagem em seu perfil pessoal, 02 de junho de 2015, grifo meu)

A compreensão de que a “transfobia”⁵⁶ surge de um contexto em que a heteronormatividade regula corpos e vidas, remete ao fato de que “*para que possamos viver com dignidade, não basta atacar a violência, temos que desconstruir esses modelos de vida.*”

(Retirado de conversa *inbox*, em 02 de junho de 2015)

⁵⁵ Termo utilizado para referir-se a perfis construídos em redes sociais.

⁵⁶ Termo que refere-se a expressões de ódio e violência contra travestis e transexuais.

No contexto da sociedade disciplinar e de controle, a heteronormatividade funciona como uma tecnologia de controle dos corpos e acaba por fazer o indivíduo incorporar o modelo político. A busca por um corpo passável, de acordo com as postagens de Maia, precisa ser problematizada e desconstruída, segundo ela, “*não somente no circuito trans, mas também entre os cis!*”.

Os novos repertórios remetem a uma concepção de gênero que, segundo as transativistas, deturpam o movimento, despolitizando-o. Nessa direção, nem sempre é possível pensar os termos trans, cis e outros, sem pensar em suas repercussões dentro de uma esfera política, especialmente no que diz respeito a que tipo de militância vem sendo proposta pelas novas formas alternativas de ativismos. No caso de pessoas trans, o gênero não é apenas uma experiência subjetiva no que tange a forma com que se reconhece no mundo, mas um lugar político de enfrentamento, por meio do qual políticas públicas são reinvidicadas ao Estado e práticas de reconhecimento demandadas da sociedade.

As estratégias de enfrentamento de luta das ativistas via Facebook, passa pelo questionamento/denúncia dos mecanismos regulatórios do dispositivo da heteronormatividade, o qual aciona por meios difusos e heterogêneos a suposta naturalidade e a coerência da heterossexualidade, instituindo regimes de verdades sobre o que seria o desejo saudável, os corpos respeitáveis, as experiências que teriam direitos à cidadania plena.

Assim, essas ativistas investem em novos repertórios discursivos capazes de escapar e denunciar a linguagem binária, buscando termos de significação de suas vivências fora dos marcos jurídicos e patológicos. Nestes espaços de atuação e textualização de suas existências proporcionado pelo ativismo online, elas têm apostado na potencia política da visibilidade das experiências (“Narrar-me mulher trans é, acima de tudo, um ato político”), e na capacidade dessas narrativas em evidenciar a multiplicidade das vidas trans. Essa forma de constituir o

lugar de luta parece ter muito a ver com as possibilidades de empoderamento, termo utilizado de forma recorrente nos debates trans online.

Trans que revoluciona é trans empoderada!!!! Não tem como lutar sem conhecer o que faz essa realidade nos oprimir... To me amando muito!!!! #beijonoombro

(Lavinia, mulher transexual em um grupo de debates sobre o transfeminismo)

Aparentemente, o termo não se refere à lógica de poder proposta por Foucault, que nesse sentido teria a ver com modificar a natureza das relações de poder, e não de modificar o poder em si, visto que esse estaria em todos os lugares. Assim, não existe uma forma de escapar do poder, enquanto houver sociedade, pessoas e relações sociais. Empoderar, no contexto desses debates refere-se a resistir, ressignificar as relações de poder, ou construir cartografias marginais de poder, que se afastam e resistem a biopolítica institucional.

Os desdobramentos dessas “resistências” digitais podem ser vistos em postagens como as de Bruna:

Acabei de voltar de uma palestra na [nome de uma empresa de uma marca famosa]. Fui convidada para falar para mais de 200 funcionários sobre como as pessoas trans devem ser tratadas. Fui muito bem recebida, e a palestra foi maravilhosa. Só gostaria de saber se as mocinhas do movimento vão continuar falando que é fácil ser militante atrás do computador, quando foi por causa da internet conheceram o meu posicionamento sobre a nossa luta, e me contactaram.

(Postagem retirada de seu perfil pessoal, em 28 de março de 2015).

A partir da justificativa da necessidade do empoderamento das pessoas trans, foi criado um grupo *inbox* com seis mulheres trans, para discutir questões que julgassem pertinentes para a apropriação de debates sobre as possibilidades de vivências “*menos oprimidas*”⁵⁷. Os debates eram mediados por textos acadêmicos e de blogs de mulheres transfeministas, girando em torno

⁵⁷ Retirada do grupo *inbox*, no dia 11 de janeiro de 2015

das temáticas: gênero, sexualidade, feminismo, transfeminismo. A iniciativa do grupo surgiu de um debate paralelo entre os tópicos de um grupo na plataforma, e o convite foi estendido a todos/todas os membros, e a minha inserção se deu por meio de convite chat *inbox* por uma das mulheres com quem eu conversava para a realização da pesquisa.

A estratégia da criação de visibilidade, nessa plataforma, é gerenciada a partir da publicização das experiências pessoais das pessoas que mantem seus perfis na plataforma. Nessa lógica a internet pode ser localizada como o desdobramento mais recente do processo de transformação da esfera pública numa arena para a exposição da vida privada (Illouz, 2011). O ativismo mediado por essa exposição também atravessa outras visibilidades, acionando diversos elementos e estratégias, tais como a experiência do outro, ainda que esse outro não seja alguém ligado a uma rede de amigos, mas a um caso exposto na mídia que pode ser múltiplas vezes compartilhado. Casos como esse podem ser observados a partir da proporção tomada quando da divulgação das notícias sobre a violência sofrida por Verônica Bolina ao ser presa⁵⁸. Evento que mobilizou uma série de debates em torno dos direitos das pessoas trans.

A dimensão imagética das postagens foi fundamental, a meu ver, como catalizador de apoio, gerando grande comoção. Em muitas notícias geradas pelas próprias ativistas, Verônica aparecia desfigurada: olhos roxos, boca inchada, cabelos raspados. A brutalidade com que foi tratada passou a ser relacionada com o fato de se tratar de uma travesti, muito mais do que uma punição (por si só inaceitável em um Estado de Direitos) ao delito praticado por ela. Houve, inclusive, o reconhecimento por partes de ativista de que Verônica havia violado a lei, mas não

⁵⁸ O caso Verônica Bolina, ocorrido no mês de abril de 2015, teve repercussão internacional em decorrência dos debates lançados a partir do compartilhamento de notícias na plataforma. Na ocasião, Verônica agrediu uma idosa e foi presa em flagrante, no entanto, foi levada para uma prisão masculina, tratada no masculino, humilhada e violentada pelos policiais. A publicização das imagens do rosto de Verônica desfigurado e de suas roupas rasgadas foram o ponto de partida para os debates em torno dos direitos das pessoas trans, na plataforma.

a aceitação da forma como ela foi tratada e tampouco à maneira como a grande imprensa divulgou os fatos.

Num grupo específico da plataforma, o debate foi bem acentuado. Comentários como “*se fosse um filho de político isso não acontecia, so pq eh trans*”, “*a gente sofre violência o tempo todo, e o estado não nos ampara legalmente e quando somos culpadas aí q tudo piora, não sei se acho bem feito ou me revoltou*” ou ainda “*se fazem com o meu cabelo o que fizeram com o dela, eu mato todo mundo mesmo.*”

Se a violência é a condição básica de quem ultrapassa os limites no que diz respeito às vivências dos binarismos de gênero, de que modo é possível desmontá-la? As expectativas encontram-se no âmbito da cultura, ainda que sejam reconhecidas as necessidades de avanço no campo jurídico, especialmente no que tange a produção, formulação e reformulação de leis específicas que possam proteger estas pessoas, além de demandas por políticas públicas que possibilitem que estas possam ter a possibilidade de se representarem no campo político, a partir do acesso à segurança e educação, por exemplo. Bem como, na busca de visibilidade positiva. Não há consenso, no entanto, do que seria a visibilidade positiva. Os impasses sobre esses posicionamentos e lutas vêm respingando na forma com que elas estão se articulando.

A institucionalização do movimento trans brasileiro se deu a partir dos diálogos com o Estado, de forma mais flagrante a partir do governo Lula (CARVALHO, 2015). Se essa aproximação possibilitou conquistas em termos de direitos em diferentes setores, por outro lado capturou pautas e domesticou demandas. A rede de relações que as lideranças históricas vieram constituindo com o Estado não inclui as novas ativistas que, não só não se veem representadas, como trabalham com outras estratégias e elencam demandas distintas na ordem das prioridades.

São inúmeros os relatos de pessoas trans que sofreram violência, desde aquela que é perpetrada no ambiente doméstico, até a truculência policial nos espaços de prostituição ou no

cotidiano mesmo da rua. Além disso, a violência simbólica é uma marca presente em diversas etapas da vida das pessoas trans, expressas na desvalorização de suas vivências de gênero. E isso parece urgente para as pessoas trans que têm encontrado nas redes sociais digitais um espaço de luta.

Voltemos ao caso de Verônica a fim de ilustrar as demandas por transformação das convenções de gênero e sexualidade, presente nas discussões on-line. Quando Verônica foi presa foi publicamente humilhada, fotografada, exposta, ao mesmo tempo que não teve espaço de fala. Depois foi encaminhada para uma cadeia masculina, onde se viu obrigada a cortar os cabelos e usar roupas tidas como masculinas. Ao fim, ela não estava sendo punida apenas pelo crime cometido, mas pela sua travestilidade. O que autoriza e legitima que pessoas como Verônica sejam tratadas desta forma, tem a ver com estruturas profundas que sustentam desigualdades no Brasil. Pertencimento de classe, marcas raciais e questões de gênero e sexualidade se imbricam em uma teia tão complexa quanto perversa formando um campo discursivo potente, ainda que pouco sistematizado teoricamente. Seu caráter de verdade se assenta na naturalização das desigualdades.

A estratégia do ativismo via *Facebook* em visibilizar o caso Verônica de forma crítica, repercutiu e exigiu um posicionamento por parte da ANTRA e do Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo [movimento e estado], de modo que, mesmo sem se proporem a dialogar com o Estado, o ativismo on-line funcionou como grupo de pressão, constituindo uma base dispersa, mas presente do movimento organizado que se viu impelido a agir e fazer o seu papel junto ao Estado. Assim, a partir do diálogo com o poder público, o caso pôde ser acompanhado e as devidas leis foram acionadas. É dizer, as leis já existiam, mas não cabiam às “cidadanias perversas” (OCHOA, 2004).

Daí a crítica de Sérgio Carrara aos processos de judicialização das lutas no campo dos gêneros e das sexualidades, quando argumenta que teríamos consequências indesejáveis se canalizar ou formalizar a luta política na linguagem dos direitos e, particularmente, na dos direitos humanos:

Na luta pelos direitos e na própria constituição de sujeitos que têm direito aos direitos (momento fundamental dessa luta), vem se desenhando uma nova moralidade sexual, projetando novos sujeitos perigosos ou abjetos em oposição aos “cidadãos respeitáveis”, ou seja, àqueles que merecem, por suas qualificações morais, ser integrados, assimilados à ‘sociedade’. (CARRARA, 2010)

O caso Verônica Bolina trouxe para a cena dos debates online, diversas discussões em torno dos direitos humanos, o que acabou conferindo um lugar de relevo as conversas em torno da necessidade de aprovação do projeto de lei João Nery⁵⁹, ou Lei da identidade de gênero, de autoria do Deputado Federal Jean Willys e da Deputada Federal Erika Kokay. As falas perpassavam a luta pelo reconhecimento da identidade de gênero, especialmente mediante vivências de violência simbólica em torno do uso do nome de registro em instituições e serviços. Atualmente, há o reconhecimento do nome social em alguns serviços públicos, tais como no Sistema Único de Saúde – SUS⁶⁰, mediante portaria do Ministério da Saúde, ou em algumas universidades públicas. Há também, em alguns estados e municípios, decretos pontuais que obrigam determinadas repartições públicas a tratarem travestis e transexuais por seus nomes sociais, no entanto, configuram-se como insuficientes já que não há uma legislação específica e a mudança de registro civil ocorre a partir da demanda judicial, e geralmente está condicionada à cirurgia de redesignação sexual (CARVALHO, 2011) A respeito da problemática do nome

⁵⁹ De acordo com Bento (2014), essa é a primeira na história que se estrutura pelo princípio do reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem hormonoterapias, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização e despatologiza as identidades trans. O projeto inspira-se na Lei de Identidade de Gênero argentina.

⁶⁰ O Sistema Único de Saúde desde o início de 2013 possibilita a inserção do nome social no cartão de atendimento para as pessoas trans (travestis e transexuais), a decisão veio do ministério da saúde, que embora tardiamente se mostrou sensível a perceber a transexualidade e o direito da auto determinação do gênero

social no Brasil, Bento (2014) trás uma enorme contribuição ao construir uma crítica acerca da proliferação de normas que estabelecem respeito à identidade de gênero das pessoas trans em esferas micro (escolas, universidades, repartições públicas). De acordo com a autora, o caso “nome social” traz elementos que permitem pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas.

Vcs podem lutar pelo nome social, eu apoio mas nem quero.. esse é so mais um problema de uma sociedade q nos invisibiliza, meninas⁶¹. Sinceramente, eu não me incomodo que me chamem pelo nome masculino. Eu sou trans e não me apresento como mulher, o que a gente tem que fazer nessa sociedade é causar e mostrar pra essas pessoas que elas tem que nos engolir, assim, sem eu precisar escrever na testa qual o meu gênero.

(Paula, em uma das discussões sobre nome social disparada pelo caso Verônica, em um grupo na plataforma. Em 27 de abril de 2015)

Se por um lado, o movimento organizado reivindica, a partir da necessidade da aprovação da Lei da Identidade de Gênero, a conquista da respeitabilidade do nome social como forma de viabilizar às pessoas trans a participação em diversas esferas da vida social, algumas usuárias da plataforma argumentam que o nome social não garante respeito, visto que a desconstrução tem que ser dada no âmbito cultural.

Ao que é centralizado nesses debates, os argumentos dessas usuárias voltam-se para a necessidade de pensar sobre a emergência de leis que minimizem os constrangimentos causados pela apresentação social *versus* identidade oficial, em contraposição à necessidade de desconstrução das concepções sobre esses corpos que vivem marginalizadas do dispositivo da sexualidade.

⁶¹ Trata-se de uma readequação linguística utilizada para dar neutralidade à posição de gênero.

Embora seja reconhecida a necessidade de políticas públicas de acesso aos diversos serviços e setores sociais, a mobilização na internet, tomam como ponto de partida a necessidade de sentirem-se minimamente humanas, com direito a existência a partir da resistência, e essa mobilização é realizada em rede.

Nessa direção, debates sobre a não higienização das identidades trans também são recorrentes, vide a criação de páginas como *Travesti Reflexiva*, criada em fevereiro de 2014. Atualmente, a página conta com mais de 66 mil seguidores, e uma sucessão de interações que se estabelecem a cada postagem. Os elementos da página contextualizam uma textualidade lúdica e irônica, mas o foco central é reivindicação do termo “travesti” como um lugar político.

A resignificação do termo travesti, numa direção ao não higienismo a partir de uma página na plataforma que, para Berto Júnior (2015), pode ser considerada um importante espaço potencial para se pensar novas possibilidades sobre sexualidade e gênero, torna-se um dos pontos de conexões não somente entre o que é discutido, mas principalmente na desconstrução do estigma das vivências trans e na compreensão da lógica que opera a manutenção das estruturas que enrijecem as experiências em torno dos gêneros.

Entre o “real” e o “virtual”: Tensões e conflitos

Era uma tarde de maio, e me assustei ao receber mensagens no *whatsapp*, me pedindo pra entrar no perfil da Mari para ver suas postagens daquela tarde.

Mari se afirma travesti, tem 30 anos, e desenvolve atividades no ambiente acadêmico. Iniciou seu processo de transformação corporal há cerca de um ano e meio, e no final de 2014 teve o seu primeiro contato com os espaços de militância. Se nas carteiras da universidade sempre foi

atentamente ouvida, nas rodas de discussão do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais⁶² a realidade foi um tanto quanto diferente. Ao questionar, por exemplo, porque a luta pela despatologização não entraria na relatoria do grupo de trabalho, foi amplamente retaliada sob justificativas de: “*Se não tivermos um CID fica difícil ter laudo e cirurgia, amiga!*”. Sob argumentos de que “*saúde não se resume a ausência de doença*”, ou de que “*gravidez não é doença, e tem política de saúde pra mulher grávida*”, sua voz ficava quase que inaudível no amplo auditório.

Mari tomou conhecimento desse espaço, a partir do convite de um evento⁶³ da plataforma, e mesmo passando por momentos como esse, ponderou que a militância era o que dava sentido às suas novas vivências de gênero. Com isso, começou se inserir em diversos outros espaços oficiais, tais como ONGs, Fóruns, entre outros.

A postagem do meio de maio no perfil da Mari dizia:

(...) minha mão sangra, minha cabeça dói de tanto que ela puxou os meus cabelos e bateu a minha cabeça no corrimão da escada, isso após ter sido chamada de “viado”, “viadinho de saia” e todas as merdas transfóbicas que jamais acreditei que uma liderança do movimento de travestis e transexuais fosse capaz

(Retirado do perfil pessoal de Mari, em 17 de maio de 2015)

Em meio a respostas como “*Gente, a militância tá um ambiente bizarro*”, “*Meu deus, depois me perguntam porque fico longe desse movimento organizado*” e “*quero distancia desses espaços*”, as discussões já repercutiam em diversos grupos, páginas e perfis pessoais de vários usuários da plataforma.

⁶² Refiro-me ao Encontro ocorrido em dezembro de 2014. Tomei conhecimento do Encontro a partir de divulgações e convites nos grupos da plataforma, e participei do mesmo como ouvinte.

⁶³ Ferramenta incorporada à plataforma, que é utilizada para informar e gerenciar o interesse de usuário em eventos dentro e fora dela.

O conflito, que em princípio se deu em um evento oficial de militância, tomou diversos espaços da plataforma, e gerou uma intensa discussão que colocava em xeque o ativismo feito via *Facebook*.

Os argumentos que tentavam justificar a violência sofrida por Mari se valiam da desqualificação da forma de luta online em contraste às exigências de uma militância nos moldes clássicos. Algumas usuárias da plataforma que tinham uma relação direta ou indireta com essa militância, se posicionaram nesse sentido: “*a vida acontece fora da telinha*”, e “*enquanto esses viadinhos feios ficam fazendo piadinha na internet desconstruindo sei lá oq, eu to dando a cara pra bater nas reuniões do conselho*”.

Paula Sibilía (2008) afirma que, nas redes sociais, os indivíduos estão mais preocupados com a espetacularização da vida íntima e o show do eu. No entanto, há mais que espetacularização no âmbito do ativismo, há construção de visibilidades, de formas de fazer política de existência. Nesse contexto, a criação de grupos de discussão, páginas e perfis, fazem da exposição da vida íntima, um ato político. Além disso, não há como mensurar ou controlar o alcance que algumas postagens têm, à medida que ela entra na página de atualizações das pessoas que estão conectadas com o espaço em que a postagem foi publicada, no entanto, a ferramenta de compartilhamento assume um papel de megafone, e cria ecos em torno dos discursos.

Nessa direção, o fazer político que as ativistas assumem a partir dos usos da plataforma, é regido por seu princípio básico de funcionamento: A propagação de ideias. A forma com que essa propagação de ideias marca a conexão entre as esferas on e off-line é que demonstram o verdadeiro potencial político, na medida em que essas duas dimensões se retroalimentam.

A produção de conteúdo se configura como eixo central nas interações online pós WEB 2.0⁶⁴, e carrega consigo, intrinsecamente, a produção de diversos novos elementos que permeiam a relação entre o sujeito e o mundo, num processo mediado. Para a constituição de um campo de mobilização política, os enunciados políticos são construídos a partir de elementos da vida cotidiana, tais como as vivências e trânsitos nos diversos espaços sociais, o que justifica as inquietações de quem os constrói.

A ideia de que a internet também se caracteriza como uma forma de ser e estar no mundo também marca, a partir de seus usos cada vez mais cotidianos, uma constante transformação não somente na maneira como os sujeitos estão nela inseridos, mas também pela forma como produzem são produzidos a partir desses usos. Tais usos passam por uma articulação que envolve a transformação do pessoal em político.

Essa transformação é permeada por uma lógica de interação que exige uma relação direta entre o usuário da plataforma e o computador, *tablet* ou *smartphone*, e é por meio dessa interação primária, que diversas outras interações secundárias são criadas. A partir delas, é possível levantar discussões em nível nacional e internacional a partir de elementos como a empatia (SIBILIA, 2008) e a sensibilização a partir dessa empatia, seja ela individual ou coletiva.

Se a violência física e simbólica se propaga para diversos espaços e interações nas vivências trans, e se, além disso, experiências de agressões são expostas por meio de discussões na plataforma, os modos de fazer militância mediados pelo computador tendem a gerar um

⁶⁴ “A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web syndication, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a

sentimento parcial de proteção por parte daquelas que expõe suas ideias, mas não expõe um corpo físico e violável e vulnerável a agressões.

Além disso, nessa relação direta, o fato das interações no *Facebook* funcionarem a partir de uma lógica de rede, e essa ser caracterizada, minimamente, pela semelhança e

um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador [...]A Web 2.0 tem repercussões sociais importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática” (PRIMO, 2007, p. s/n)

compartilhamento de ideias em comum, a espetacularização da vida íntima, nesse sentido, funciona principalmente como uma ferramenta de combate a opressão, à medida que se utiliza da exposição de vivências cotidianas sem uma neutralidade emocional, para falar não somente do não reconhecimento em torno dos processos que envolvem cidadania, como principalmente, do não reconhecimento como sujeito em sua dimensão ontológica. É justamente a busca dessa ontologia e da recusa à abjeção em que se fundamentam muitas das demandas do ativismo online.

Remeto-me a Butler, a fim de deixar mais claro meu argumento. Em entrevista a Baukje Prins e Irene Costera Meijer, a filósofa busca dar consistência política a sua proposta teórica sobre corpos abjetos. Diz ela:

Eu atribuo ontologia exatamente àquilo que tem sido sistematicamente destituído do privilégio da ontologia. O domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder”. Butler deixa claro, a seguir, que a abjeção não está circunscrita a sexo e heteronormatividade, mas se estende “a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’”. (Prins & Meijer. 2002, p.161)

Assim, pensando os usos da internet, nessas interações que são políticas, esta não apenas se tornou um instrumento tecnológico de grande importância para a composição, articulações e dinamização de coletivos sociais, mas de constituição de sujeitos que pretendem ter sua

ontologia reconhecida. Na mesma direção, esse tipo de atuação viabilizou a novas formas de ativismo.

De acordo com o sociólogo Machado (2007, p.250), a atuação em rede torna-se, portanto, a principal característica de parte dos integrantes destes “novos” movimentos sociais, pela formação de tensões e colisões frequentes e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, como é o caso das redes que se formam para discutir feminismos, por exemplo, organizar atividades e viabilizar manifestações políticas on e offline. O autor retrata o impacto dessa forma contemporânea de articulação nos novos arranjos de movimentos

sociais:

[...] A matéria-prima básica dessa nova forma de organização é a informação gerada e distribuída. Este poder resulta da ampliação da capacidade de produzir, reproduzir, compartilhar, expressar e difundir fatos, ideias, valores, visões de mundo e experiências individuais e coletivas em torno de interesses, identidades e crenças – e em um espaço muito curto de tempo. A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes (MACHADO, 2007, p.268).

Ainda assim, esses contextos vêm sendo marcados por agressões que acionam discursos que cada vez mais reiteram a lógica da não legitimação dos sujeitos fora da norma. Dessa vez, uma norma criada das margens para as margens, predominantemente. Continua existindo uma recusa quase que hegemônica das experiências de ativismo on-line por parte das pessoas trans, e mais especialmente, por parte do movimento institucionalizado, o que autoriza uma violência que, historicamente, movimenta uma crescente nos quantitativos das estatísticas de homicídios e de diversos tipos de crime contra pessoas trans no Brasil. A existência de um movimento organizado é tão flagrante quanto a existência do confronto interno, no entanto, a publicização

desses conflitos, que atualmente extrapola as fronteiras das reuniões em salas fechadas, e ganha uma série de telespectadores, muitas vezes com participação ativa, tem consequência política na vida dessas pessoas que são mais presentes no ativismo. Por outro lado, por mais agressiva que a militância em espaços como o *Facebook* possa parecer, ela vem possibilitando a ampliação do alcance dos debates por meio das ferramentas que disponibiliza, à medida que denuncia o machismo, heterossexismo, o preconceito de diversas ordens oferecendo elementos para que pensemos sobre os limites da abjeção de quem vive, em alguma medida, às margens.

As agressões também se reproduzem no contexto das interações, a exemplo do caso dos debates criados entre transfeministas e *radfems*⁶⁵.

Sob recorrentes denúncias de que as mulheres trans que compunham o movimento trans brasileiro, na verdade, não eram representativas, à medida que, de acordo com Paula, “*defendem pautas e demandas que mais essencializam nossas vivências do que nos libertam*”, foi construído um grupo que tinha como principal proposta articular as mulheres trans que estão na academia e que tem alta visibilidade na plataforma, para pensar de que forma essa “militância de *Facebook*” pode se organizar efetivamente.

Seu enunciado descritivo aponta: *Esse grupo foi montado para: (1) reunir pessoas trans, sejam elas homens, mulheres, não-binárias e toda forma de existir em que a pessoa se entenda como trans; (2) todos são bem-vindos: a ideia é acolher, não separar. Já somos pessoas muito isoladas e solitárias, por isso precisamos nos ajudar; (3) a ideia é de construção, portanto todos têm o direito de se manifestar, se posicionar dentro de suas próprias condições. Como não há nada consolidado nem fórmula pronta e a ideia é justamente não*

⁶⁵ Termo utilizado para referir-se a feministas radicais. De acordo com Izis Morais Lopes (2014), o feminismo radical toca no coração da opressão feminina por nomear que a dominação e a violência masculina são responsáveis pela subordinação de mulheres. As feministas radicais acreditam que papéis de gênero sejam danosos às mulheres, de modo que se utilizam do argumento de que procuram liberdade da “feminilidade” e da “masculinidade” e de que gênero existe somente para benefício dos homens, como classe, às custas de mulheres, como classe.

verticalizar: não aceitar nada pronto, ouvir as demandas, não partidizar nem personalizar;
(4) o objetivo central é construir um movimento, ou seja, uma organização coesa, coerente,
determinada e que dispute um espaço próprio entre os demais movimentos sociais; *(5) o foco,*
que vai demandar muito diálogo, trabalho e tempo, é consolidar o T como uma questão à parte
do LGB. Agora eu falando por mim: eu queria reunir aqui as pessoas que não aparecem, seja
porque querem levar uma vida sem o estigma social que nos é imposto, seja porque leva uma
vida bacana e resolvida, seja em transição e que precisa de ajuda, enfim, aquelas pessoas que
não vivem do "movimento" LGBT e que também não se sentem representadas por ele. Há um
bom tempo já venho pensando nisso e gostaria muito de reunir os pares, em toda a diversidade
que carregamos, para nos conhecer, nos unir e conquistar direitos. Vamos à luta!

A criação desse grupo, em oposição a um movimento LGBT, que segundo o próprio enunciado descritivo do grupo, não é representativo, demonstra o quanto é tomado como prerrogativa a inserção de todas aquelas pessoas que se autoidentificam como trans, independente das suas experiências.

Boa parte dos tópicos é mobilizada em torno de algum debate acadêmico ou transfeminista, e buscam transcender os limites dos caracteres e dos *emoticons*, para a realização de encontros presenciais para a construção de pautas que não se baseiem numa perspectiva identitária, mas da diferença.

Historicamente, as intersecções entre militância e academia marcaram as discussões a cerca das relações de gênero, e, dessa maneira, como forma de uma militância, percorreu caminhos nas próprias relações de poder que permeavam o campo científico. De acordo com Ana Nery Lima (2013), a disputa por inserir o “gênero” como categoria de análise científica se tornava também uma bandeira de luta para as teóricas, já que as relações conflituosas se

observavam em todos os espaços da vida social em que as mulheres estavam inseridas, independente se mais ou menos atuantes.

As interações, nesse sentido, não se restringem às dinâmicas do on e do off-line, mas envolvem as conexões internet – academia – movimentos sociais, numa dinâmica em que existir é resistir.

CAPÍTULO III – A ACADEMIA NA MILITÂNCIA E A MILITÂNCIA NA ACADEMIA

“Quero ver quem vai discordar de trans acadêmica aqui!”

(Beth, em postagem no seu perfil pessoal, no dia 12 de julho de 2015)

A fala com a qual inicio este capítulo foi retirada do perfil pessoal de Beth. Ela se autoidentifica como travesti, tem 19 anos, e realizou essa postagem motivada por uma discussão proposta em um dos tópicos de um grupo em que ela era participante ativa. A discussão iniciava-se com a sugestão de um link para leitura de um artigo científico, seguido do questionamento: *“Vcs não acham q já está na hora de tirar essas pessoas cis dos holofortes falando sobre as nossas vidas?”*⁶⁶.

A proposição do tópico, somada às respostas como as de Beth denunciam uma reivindicação recorrente no cenário dos debates entre pessoas trans na rede social. A categoria *“trans acadêmica”* vem sendo intensamente acionada nos diversos tópicos de discussão que acompanhei ao longo dessa pesquisa, mobilizando lugares de fala, tensionando legitimidades representativas, ao mesmo tempo em que evidencia um novo lugar de enunciação.

⁶⁶ Postagem retirada de um grupo no Facebook, no dia 12 de julho de 2015

Se nos últimos anos, a academia tem sido palco de intensos debates políticos, por outro lado, os espaços de militância também tem problematizado com frequência as possíveis contribuições e entraves da inserção da academia nas várias formas de manifestações do ativismo político e, para além disso, a intersecção entre a implicação dos debates acadêmicos sobre as experiências trans e a recente inserção das pessoas trans nas universidades, que dentre diversos fatores, em muito tem a ver com o cenário das Políticas Públicas de Educação no Brasil.

Além disso, o uso das redes sociais como forma de fazer política tem uma forte marca geracional. Os espaços públicos, tais como páginas, grupos de discussões dentro do *Facebook* são campos ocupados e utilizados majoritariamente por pessoas jovens. As linguagens políticas das ativistas com as quais me deparei nessa pesquisa são bastante específicas de uma geração que ressignifica o espaço da internet, como forma de expandir a esfera pública. Na verdade, essa expansão se traduz na emergência de diversas outras esferas baseadas em recortes de classe, gênero, raça e geração, e na conjuntura política que influencia esses usos. No bojo da Reforma Universitária, do governo Lula, as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil, é marcada pela diversificação no sistema educacional a partir da criação de novos tipos de Instituições de Ensino Superior, novos tipos de modalidade de cursos (tais como Ensino à Distância - EAD), bem como das propostas de políticas de inclusão social e de ações afirmativas (PROUNI⁶⁷ e Políticas de cotas, por exemplo), visando a diminuição da desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, especialmente por parte de grupos tidos como marginais e/ou periféricos.

O acesso ao ensino superior no Brasil era possível, até poucos anos, para uma parcela de jovens muito específica: os da classe média alta. De acordo com Clarissa Neves, Leandro

⁶⁷ O Programa Universidade Para todos, instruídos no governo Lula, em 2004, propõe medidas no sistema educacional de ensino superior tais como a ampliação das universidades federais e instituição de cotas para alunos da rede pública (com “subcotas” para negros e indígenas) em IES federais.

Raizer e Rochelle Fachinetto (2007) a ampliação da procura por educação superior e a mudança do perfil dos ingressantes nesses espaços tem como principais fatores de contribuição a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho.

Não tenho a pretensão, neste capítulo, de discorrer ou refletir sobre a qualidade do ensino superior no Brasil em decorrência da ampliação do acesso, ou sobre o financiamento de Instituições de Ensino Superior privadas por parte do Estado, mediadas por essas políticas. Meu intuito ao falar como esta ampliação tem relação com a reflexão e a compreensão do cenário do qual as pessoas trans que encontrei em meu campo fazem parte, tem a ver com a compreensão sobre o modo que ele repercute nas tensões e nos lugares de enunciação no cerne das disputas de ativistas, militantes e pesquisadores vinculados à academia.

Assim, mediante esse cenário, percebe-se uma mudança no que diz respeito aos trânsitos de pessoas trans nos espaços sociais ao longo das últimas décadas. Se na década de 1990, por exemplo, o lugar de pertencimento de pessoas trans, especialmente de mulheres travestis era caracterizado pelos espaços de prostituição (SILVA, 1993; KULICK, 1998; BENEDETTI, 2005; PELÚCIO, 2005; DUQUE, 2009), principalmente por ser o espaço onde o desvio de heteronormatividade e a transgressão das normas de gênero encontram aceitação, quase trinta anos depois, os espaços educacionais, sobretudo as universidades, tem sido um trânsito cada vez mais comum para essas pessoas, e tem repercutido diretamente na forma com que elas se relacionam entre si, com o Estado e com as demais esferas da sociedade, além disso, também tem marcado lugares de enunciação no que diz respeito aos discursos reivindicatórios.

*“Chupa sociedade! Preta, trans, e universitária!!!! Sou federaaaaaal!!!!”*⁶⁸. Essa postagem foi publicada por Beth em seu perfil pessoal e teve como resposta mais de 300 comentários, além de 59 compartilhamentos, entre grupos e perfis pessoais. Beth tinha, no momento da postagem, 20 anos, se identifica como travesti, e quando questionada sobre a sua percepção em relação às motivações para tanta repercussão na sua postagem, relata: *“Desde que entrei nesses grupos, e comecei a interagir com as meninas, só vejo relatos de violência, preconceito, exclusão, e eu sempre tive apoio dos meus pais, mesmo há bem pouco tempo, quando só era gay... Minha transição é recente, e eu continuo tendo muito apoio, atribuo a isso as minhas conquistas, e gostaria de compartilhar com as meninas como forma de mostrar pra elas que é possível entrar na universidade e ser alguém na vida, sem precisar se prostituir...”*⁶⁹

Beth pertence à classe média e sua transição se deu num contexto de aceitação e apoio familiar, especialmente do pai, que é militante do movimento negro. Diferentemente de Beth, Clarissa ingressa, em 2013, no curso de biomedicina numa universidade privada de uma grande metrópole brasileira, financiado os estudos por meio do FIES⁷⁰, aos 28 anos, depois de um histórico de exclusão do espaço doméstico e de forte ruptura com os vínculos familiares desde que começou o seu processo de transição, aos 16 anos. Fez “pista” durante muitos anos, e ao ser acolhida pela avó, anos após ter saído de casa, resolveu *“investir nos estudos e dar uma guinada na vida”*, segundo ela.

Atualmente realiza estágio em um laboratório na mesma cidade, e fala sobre suas experiências na academia e no mercado de trabalho em um grupo de grande fluxo de debates entre pessoas trans no *Facebook*. A partir da entrada na universidade, começa a transitar também

⁶⁸ Postagem do dia 9 de fevereiro de 2015.

⁶⁹ Retirado de conversa *inbox*, no dia 12 de fevereiro de 2015.

⁷⁰ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. (Fonte: <http://fiesselecao.mec.gov.br/>)

por universidades públicas, e insere-se em um coletivo feminista, que, segundo ela, colaborou muito para a sua inserção em debates políticos.

A criação de coletivos dentro das universidades não é um fenômeno recente, no entanto, atualmente tem sido recorrente, especialmente no âmbito das universidades públicas.

Esses espaços, embora menos formais, ao constituir-se de debates por modos de vida nãohegemônicos e por reconhecimento, tem propiciado a formação de lideranças e possibilitado a construção de reflexões coletivas.

Beth e Clarissa movimentam vários tópicos no mesmo grupo no *Facebook*, mas também se utilizam de seus perfis pessoais para falarem das suas experiências. Suas vivências de acesso aos espaços acadêmicos divergem especialmente quando pensadas a partir de suas vivências de classe, e isso também marca seus lugares de enunciação. Mas para além disso, tanto Beth quanto Clarissa recorrem frequentemente a termos cunhados na academia para legitimarem seus discursos.

Em um tópico proposto em um grupo no *Facebook*, ambas divergiam devido a posicionamentos teóricos distintos. Beth, com um evidente posicionamento marxista, e Clarissa, com um discurso fortemente marcado por pressupostos cunhados no âmbito da Teoria *Queer*.

O tópico trazia o link de anúncio de um evento acadêmico que ocorreria no mês seguinte numa universidade pública, acompanhado do seguinte enunciado: “*E aí, meninas? Vamos lá gritar que existimos e que não queremos ninguém falando por nós! Quem vamos?*”⁷¹. Beth foi uma das primeiras a responder: “*Meninas, eu estarei lá nos representando numa mesa baphônica*”⁷². Clarissa, em seguida também responde: “*Vai falar da luta de classe? Nosso*

⁷¹ Retirado de um grupo no Facebook, em 28 de maio de 2015

⁷² Retirado de um tópico de um dos grupos do Facebook, em 28 de maio de 2015

problema é o regime heterossexista, já tô cansada desse papo de opressões e afins. O nosso problema é a abjeção que estamos condicionadas pela transgressão ao sistema binário de gênero, independente de sermos ricas ou pobres, ou se fizemos pista ou estudamos em escolas caras, me olham torto na faculdade todos os dias, enquanto na minha casa só tenho amor, e esse papo de proletariado que você sempre trás nos debates não me representa nem um pouco!!!”⁷³

O primeiro ponto possível de ser localizado nas postagens acima descritas é a divergência teórica dentro dos debates online. A existência de divergências teóricas não é o ponto nodal dessa discussão, mas a utilização de vertentes teóricas para a compreensão e análise, frente a um contexto de discussões políticas e mediante apropriação de termos cunhados na academia, a partir da proposição de teorias, para falar de suas experiências de abjeção, conceito butleriano, como visto aqui. Percebe-se, portanto, a utilização de uma nova gramática de gênero que remete à da busca por novos códigos e termos de identificação/qualificação de suas experiências de modo que escapem as matrizes patologizantes.

Se na gramática normativa, gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm uma continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, por intermédio dos quais a identidade é reconhecida e adquire uma matéria, “certos tipos de identidade de gênero parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2003, p.39). Assim, o *Queer* “representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2005, p.39).

⁷³ Retirado de um tópico de um dos grupos do Facebook, em 28 de maio de 2015.

A resistência frente a essa construção social das normas de gênero agora começa a compor parte do repertório reivindicatório das meninas que fazem ativismo pela internet, é composta não somente pela compreensão de suas experiências de gênero mediadas por termos acadêmicos, como esses passam a dar nome às pautas reivindicatórias que em nada tem a ver com diálogos com o Estado, mas com uma sociedade que as coloca às margens, tornando suas vidas inabitáveis.

Ao mesmo tempo, esse léxico argumentativo em torno de um posicionamento teórico também se coloca como um ponto de tensão entre as pessoas trans, mas especificamente, entre mulheres trans e travestis que participam dos debates online. Clarissa não aceita o olhar argumentativo de Beth mediante as problemáticas de gênero, a partir de um viés classista. Com isso, não julga legítima a sua participação na composição de uma mesa de um evento acadêmico.

No mesmo tópico a resposta de Amanda⁷⁴ me chama atenção: *“Nem me importo com qual de vcs duas vai me representar na mesa, só não gosto da ideia daquela pesquisadora cis falando da gente”*⁷⁵ Amanda referia-se a uma pesquisadora com uma produção acadêmica expressiva nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

A tensão estabelecida entre academia e ativismo torna-se um dos pontos de maior tensão nos debates online entre pessoas trans. Mais especificamente, a relação entre quem produz conhecimento sobre vivências trans e as próprias pessoas trans, ainda que estas não estejam tratando de temas que sejam considerados representativos ou centrais para a luta.

Diversos foram os temas que passaram pela academia e pela militância de forma a se relacionar até compor uma luta. As discussões a cerca do gênero são um exemplo disso, a medida em que elas adentraram na academia, como forma de uma militância, percorrendo

⁷⁴ Amanda tem 19 anos, e nunca frequentou a academia senão para reuniões esporádicas ligadas ao movimento social.

⁷⁵ Retirado de um tópico de um dos grupos do *Facebook*, em 28 de maio de 2015

caminhos nas próprias relações de poder que permeavam o campo científico. A disputa por inserir o “gênero” como categoria de análise científica se tornava também uma bandeira de luta para as teóricas feministas. (ADELMAN, 2003)

A relação entre a academia e a militância/ativismo no que diz respeito às vivências trans passaram por diferentes momentos ao longo da história de lutas desse segmento. Na década de 1990, ainda era pouco expressivo o quantitativo de pesquisas e debates estabelecidos na academia sobre pessoas trans. Ao longo dos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais, dados de pesquisas realizadas sobretudo nos campos da educação, segurança pública e saúde passam a compor falas de militantes a fim da utilização dessas discussões como base de argumentação e justificativa na proposição de políticas públicas e programas de atenção do Estado. Pesquisas como as de Don Kulick (1998), Larissa Pelúcio (2005), Marcos Benedetti (2005), Berenice Bento (2006), entre muitos artigos de pesquisadores como Leandro Colling e Richard Miskolci, entre outros, passam a fazer parte do repertório desses debates, e é a partir dessa tensão produtiva entre investigação acadêmica e crítica cultural, entre reflexão e ação política que se dá os fluxos e refluxos do diálogo entre militância e academia. Em contrapartida, seguindo o argumento de contraposição à academia, há uma forte denúncia por parte de diversos ativistas e militantes, de que os pesquisadores usam a “miséria de travestis e transexuais” para realização de teses e dissertações que serviriam apenas para o prestígio pessoal do pesquisador, conforme Carvalho (2015) aponta em sua tese de doutorado.

De acordo com o mesmo autor, houve também uma relação direta entre academia e militância no que diz respeito à organização política de homens transexuais. A forma como os homens trans iniciaram seu processo de organização política se dá num momento histórico de tensão no debate entre academia e movimentos sociais sobre as fragilidades das políticas afirmativas identitárias. Segundo Carvalho (2015), desde o início das conversas para a

construção do IBRAT, havia uma intenção de que a organização fosse mais próxima da academia e que, inclusive, pudesse reivindicar a realização de pesquisas sobre aspectos específicos da realidade de vida dos homens trans. Esta proposição se formalizou na escolha do termo “instituto” para nomear a organização, assim como, na construção de um “núcleo de pesquisa” dentro do IBRAT. Inclusive, a leitura de produções acadêmicas relacionadas direta ou indiretamente com perspectivas *queer* tem sido recorrente entre ativistas mais jovens e estudantes universitários. Não é à toa que, neste cenário, os homens trans vêm protagonizando a entrada de debates feministas no movimento trans. Diferentemente das travestis e mulheres transexuais presentes há mais tempo no cenário militante, é mais recorrente entre os homens trans ativistas, que, em larga medida, são jovens, estudantes universitários e recém-formados, um maior acesso às literaturas contemporânea sobre gênero e feminismos, por exemplo.

Em alguns momentos, academia e militância/ativismo são tomados como percursos divergentes e complementares entre si, mesmo operando a partir de lógicas diferentes. Em outros, busca-se transcender essa dicotomia, predominando uma concepção mais dialógica dessa relação, buscando fundir a reflexão, a crítica, a experiência e a ação não se trata de uma dicotomia entre teoria e prática, mas entre diferentes práticas confrontadas e ao mesmo tempo convergentes, e entre diferentes saberes e teorias acadêmicas, confrontados a diferentes teorias e saberes militantes e ativistas que se retroalimentam.

No que diz respeito às relações entre academia e o ativismo proposto por uma nova geração de pessoas trans, mais especificamente, mulheres trans, que suscitam os debates por meio das plataformas online, esta se apresenta sob forma de negociações muito mais acirradas. As coalizões encontram-se no ponto central da discussão sobre o que é legítimo para se falar sobre pessoas trans no campo dos debates políticos. Os embates que tomam como ponto de

partida o lugar de fala tem sido recorrentes no campo dos debates políticos na rede, mas tem extrapolado esses espaços.

Em setembro de 2015 ocorreu em Salvador – BA a segunda edição de um evento acadêmico, que teve sua primeira versão dois anos antes, na cidade de Natal – RN. Foi criado após conversas informais entre algumas/alguns pesquisadora/es e ativistas ligadas aos estudos *Queer* no Brasil, numa tentativa de dialogar a partir de outras perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas dos eventos já existentes no país. Assim, a proposta foi a de criar um espaço de interlocução entre as pessoas que trabalham com os estudos *Queer*, em sua interface com os estudos das subalternidades e pós-colonialidades. O evento também teve como proposta o diálogo e a construção coletiva dos debates com pessoas ativistas/militantes, possível de ser visto em parte de seu texto de divulgação: “... o encontro também reforça o seu caráter político, em sentido amplo, de problematizar e recriar de forma permanente a produção de conhecimento em nossa área, de compreender que essa produção também é política, de entender que o ativismo também produz conhecimentos e de que toda essa produção precisa estar à serviço de políticas para que as pessoas respeitem, reconheçam e aprendam com as múltiplas sexualidades e gêneros que existem em nossas sociedades.”⁷⁶

Amplamente divulgado no *Facebook*, em pouco tempo as inscrições foram esgotadas, gerando, inclusive, insatisfação por parte de diversas pessoas tanto da academia, como do ativismo. A grande procura se deu pela confirmação de participação da teórica *Queer* Judith Butler na conferência de abertura do evento.

“Conto nos dedos de uma única mão a quantidade de trabalhos aprovados escritos por pessoas trans da academia, e só quero ver dizer que é pq não tem trans acadêmica!!!”

⁷⁶ Trata-se do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Para saber mais: www.desfazendogenero.ufba.br/

*Mais um evento cheio de omi cis hetero branco*⁷⁷ falando da nossa exclusão, nos excluindo...”⁷⁸

A postagem de Maia teve cerca de 55 respostas, dentre elas algumas eram de mulheres transexuais, travestis e homens transexuais afirmando ter tido trabalhos aprovados no evento. No entanto, a questão central dessa postagem gira em torno do lugar de fala de quem a reivindica, e também do lugar que é denunciado como ilegítimo: O de homem branco heterossexual. Em primeiro lugar essa afirmação coloca em xeque o processo acusatório em torno da identificação do pesquisador a partir de uma identidade que não foi auto-atribuída, o que cria, portanto, engrenagens que funcionam sob o mesmo mecanismo de exclusão baseado nas normas de gênero. Entretanto, relega-se lugares ilegítimos de fala, sob a justificativa de “*não quero que falem por mim*”⁷⁹. Não pretendo aqui minimizar os argumentos utilizados pelas ativistas trans do *Facebook*, mas marcar o descompasso percebido entre o argumento que toma como base de sustentação a marcação dos lugares de fala, e as acusações sobre quem pode falar sobre pessoas trans. Há nessas posições um certo “essencialismo queerizado”, é dizer, a vivência por si da transexualidade como identidade potencialmente transgressora, prescindiria de embasamento teórico para a sustentação analítica. Bastando ser trans para ter esse local assegurado, como na postagem de Amanda, quando comenta sobre a tensão teórica entre as ativista queer e a marxista.

À medida que se reivindica a não aceitação das normas de gênero, a minimização das formas de preconceito que atingem transversalmente essas pessoas, por outro lado, criam-se novas normas que não somente atribuem lugares identitários, como delimita que sujeitos podem

⁷⁷ Refere-se a: homem cissexual, heterossexual e branco.

⁷⁸ Postagem retirada do perfil pessoal de Maia no dia em que a lista de trabalhos aprovados do evento foi divulgada.

⁷⁹ Retirada de resposta em um tópico de um grupo no *Facebook*, em 14 de junho de 2015.

falar sobre abjeção, heteronormatividade, entre outros. Atribuindo às pessoas chamadas de cisgêneras qualidade identitárias baseadas, sobretudo, em atributos como raça e gênero. De modo que o conceito, que tem potência política de subverter o privilégio da nomeação, como é o conceito de cisgeneridade, passa a ganhar tom acusatório, desqualificador, reproduzindo uma percepção que dicotomiza valorativamente as pessoas que estão produzindo no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

Ainda em setembro de 2015 ocorreu na cidade de São Paulo um outro evento acadêmico⁸⁰ organizado por um sociólogo brasileiro que realiza seus estudos no campo dos gêneros e das sexualidades, a partir de uma perspectiva de descentramentos e não essencialismos. Ao assumir a curadoria e duas falas em duas mesas do evento, o professor foi amplamente rechaçado nos espaços online, sob argumentos pautados em marcas identitárias, o professor foi acusado de ser branco e cisgênero, portanto, não poderia falar em subalternidade ou em descentramentos. Nesses moldes, a abjeção passa a ganhar um contorno e uma fronteira muito pouco negociáveis. Cria-se uma escala sobre quem é mais abjeto, e portanto, detém o lugar de fala sobre abjeção. Alguns marcadores sociais da diferença passam a sobrepor outros de modo que “homem branco cis”, sob a argumentação de algumas transativistas, apaga as experiências de sexualidade não hegemônica, por exemplo, ou marcas de gênero como ser um homem feminino ou uma mulher masculina (segundo padrões vigentes) e das presumíveis marcas que estas experiências de transgressão podem trazer para a constituição subjetiva dos sujeitos.

Numa sociedade na qual ainda é forte a presença do discurso dominante, que tenta cristalizar as pluralidades dos indivíduos, a luta por reconhecimento é marcada por tênues

⁸⁰ I Seminário Queer da Cult.

fronteiras. Sobre o processo de constituição do que estaria dentro ou fora dessas fronteiras, seus limites incidem sobre as interpretações atribuídas a força que os diferentes grupos sociais têm para influenciar as imagens hegemônicas sobre suas formas de vida, e a maneira como as modulam como mais ou menos relevantes para a legitimidade do discurso reivindicatório.

Os lugares de fala que são mobilizados no circuito dos debates trans online são argumentos que buscam compensar a histórica invisibilidade dessas pessoas ao direito de existir e de ocupar lugares não mais às margens, mas agora, aos centros. Estar dentro dos espaços acadêmicos, não mais com um nome fictício em um texto que percorre análises sobre as suas vivências, mas poder conta-las com um microfone nas mãos e com reivindicações diretas é uma forma legítima de se construir a luta por lugares de existência. No entanto, a fronteira entre o “*eu quero falar por mim*” e o “*não fale por mim, omi cis*”, coloca mais que uma tensão na cena, reproduz, sob os mesmos mecanismos, a deslegitimação do direito à fala, e mais do que isso, constrói novos lugares invisibilizatórios.

É inegável que a apropriação dos termos cunhados na academia oferece um leque semântico mais próximo do que aqueles propostos pelo discurso da psiquiatria, e isso só foi possível, como pudemos constatar mediante o histórico dos avanços em torno dos avanços políticos no que diz respeito aos direitos, porque o esforço coletivo, seja dos pesquisadores, das pessoas trans, dos movimentos institucionalizados puderam contribuir para que a existência seja um direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer mobilização política tem a ver com a forma com que um grupo de pessoas se organiza para compor uma luta por direitos. No campo dessa pesquisa, vi que mobilização política também é “*dar bafão na página dasamiga*”, é “*postar foto do salto quinze pras inimiga*

morrer de inveja”, é publicar longos textos no perfil pessoal, repletos de erros gráficos e de concordância acompanhado da foto dos cortes e arranhões resultantes de uma noite de trabalho fazendo “pista”. É responder uma postagem sobre violência contra travestis, com um misto de medo e compaixão, por se enxergar muito próxima daquela situação diariamente. É compartilhar incansáveis vezes, muitas vezes só pelo título do link, campanhas de respeito à diversidade.

Se por um lado, militantes trans puderam ser ativas nos processos de diálogo com o Estado em torno do avanço de Políticas Públicas para pessoas trans, por outro, as ativistas trans que atuam por meio das redes sociais se expõe através de narrativas para dizer que existem e que querem usufruir do seu direito de existir.

O campo está posto, e as tensões também. Seja por lugares de fala ou de existência. Seja pelo direito a uma identidade normativa, ou pelo direito de sequer precisar assumir uma identidade, como discutido no Capítulo I dessa dissertação.

Procurei, por meio desta pesquisa, refletir sobre como o a ampliação do acesso a determinadas possibilidades tecnológicas tem transformado as formas de articulação, a partir do uso das redes sociais digitais, e mais especificamente, como esses usos tem tido desdobramentos no campo do ativismo, no que diz respeito às interlocuções entre pessoas trans.

Assim, no Capítulo I procurei refletir sobre as múltiplas identidades encontradas no campo, e sobre como essas tem demarcado lugares de fala e de luta, dentro de um contexto de tensões e disputas. Procurei elencar as categorias identitárias dispostas na arena, e sob quais discursos elas tem se constituído e encontrado pertencimento no que compreendem por ser pessoa trans.

No Capítulo II procurei, a partir da compreensão sobre o processo histórico e político dos avanços no campo dos direitos, refletir sobre as formas de luta proposta por um movimento social institucionalizado que tem protagonizado diversas lutas políticas no âmbito dos acessos a bens e serviços, e a forma com quem tem negociado e tensionado os limites da articulação política de pessoas trans que fazem ativismo a partir do uso do *Facebook*. Busquei ainda compreender quais as engrenagens que movimentam essas disputas, e de que forma elas se aproximam e se distanciam no que diz respeito à luta pelo direito à existência.

Por fim, no Capítulo III, centralizei meus esforços de análise na categoria mais expressiva no campo dessa pesquisa, as trans acadêmicas. Busquei compreender como o cenário político, especialmente no que diz respeito às Políticas de ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil contribuíram para a construção do lugar de fala desses sujeitos, e quais os discursos que são acionados para delimitar e reivindicar esses lugares.

Ao longo de todo o texto, penso que mostrei como as dimensões do fazer político online e off-line se imbricam, se informam e se influenciam mutuamente, criando ora alianças profícuas, ora tensões e rupturas que trazem desdobramentos expressivos para a luta das pessoas trans, seja pela consolidação de algumas pautas em detrimento de outras, pelo rechaço de algumas falas ou pelo surgimento de novas lideranças. Este último fenômeno tem criando cisões muitas vezes marcadas por pertencimentos geracionais e de escolaridade, além do de classe, que se mostram expressivos nesse campo.

Talvez, desde as lutas feministas dos anos de 1960 e 70, não tenhamos visto tamanha interação, o que não elimina as tensões, entre movimento social, ativismo político e academia. O trânsito dos conceitos, o tráfico das teorias, a proposição de conceitos tem vindo desses campos distintos, mas relacionados, informando olhares, oferecendo outras gramáticas capazes de alargar os limites binários das proposições heteronormativas, este mesmo um conceito

traficado grandemente, e que ilustra como temos nos deparado com outro vocabulário que nos desafia, mas também afia a escrita e provêm outros termos para se falar de si, para se constituir subjetivamente para além do rechaço e da vergonha.

Como nos feminismos da chamada segunda onda, o pessoal ganha aqui espessura política incontestável. Sexo, gênero, corpo denunciam que estas são claramente questões de Estado muito mais do que temas para as ciências biológicas e médicas. São, portanto, termos de luta política, por meio do qual a realidade singular do micro social enfrenta e pressiona políticas macrossociais, como também tratei nesta dissertação.

Não se tratou, porém, de construir um texto celebratório, o que seria perigosamente ingênuo, por diversos motivos, mas de reconhecer que estamos diante de um fenômeno político, social e cultural ímpar, sobre o qual é preciso que nos debrucemos como cientistas sociais e como pesquisadoras/es do humano. Como na frase atribuída a Shakespeare, tudo que é humano me interessa, de forma que procuro me manter atenta e forte, sabendo que provavelmente este texto será lido, criticado, desafiado, citado, repudiado pelas pessoas trans que interagiram comigo e aquelas que nem sabem quem sou. Minha apreensão, porém, é bem menor do que o prazer de saber que “sim, vai ter trans”⁸¹ criticando trabalhos acadêmicos, com a propriedade das suas vivências, com a avidez daqueles que historicamente marginalizados encontram um lugar de formação e expressão para construírem vidas viáveis e conquistarem cidadania sem precariedades ou perversidades.

Por fim, reconheço que as disputas estão em curso, muitas vezes reproduzindo dicotomias como trans/cis; ativistas/acadêmicos; queer/identitárias; entre outras que trazem para dentro do campo político a reprodução (ainda que resignificada) de binarismo que excluem

⁸¹ Meme muito usado por pessoas trans no Facebook para marcarem lugares de ocupação e conquista cidadã. .

e hierarquizam. Ao mesmo tempo em que é destas tensões que surgem novas reflexões, constitui-se outros termos classificatórios, cunham-se conceitos com grande potencial heurístico, surgem lideranças, articulam-se novas formas de enfrentamento e luta, num terreno movediço, dinâmico e disputado, mas que, apesar das querelas que, por vezes, criam fissuras internas profundas, têm conseguido potencializar discursos reivindicatórios e pautar debates na arena pública que até bem pouco tempo não eram respeitados como temas políticos.

As falas de pessoas trans em redes sociais digitais, particularmente no *Facebook*, campo privilegiado desta pesquisa, tem possibilitado, mesmo com todas as disputas apontadas aqui, que estas pessoas possam falar de si, produzir conhecimento sobre suas experiências, trocar informações, inspirar outras, provocar agentes do Estado, desafiar com suas narrativas diárias as persistente normas de gênero e sexo que tem, até hoje, dificultado, quando não, inviabilizado suas existências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. Dar margens ao centro: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. **Estudos Feministas**. n.11, v.1. 2003. 284-288

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. “Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina”. In: **Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos**, 2010, Florianópolis. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278255349_ARQUIVO_Maria,MariaJoao,Joao040721010.pdf

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 231p.

BELELI, Iara. Amores Online. In: PELÚCIO, Larissa et all (orgs.) **Gênero, Sexualidade e Mídia: Olhares Plurais para o Cotidiano**. Marília, Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 56-73.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidade. In.: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 79-110.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: A politização das identidades Abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.20 n.2, 2012.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: Cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, 2014, pp. 165-182

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144p.

BERTO JUNIOR, Hedilberto Pessoa. O *queer* em rede: subversão e (des)construção do gênero na página do Facebook Travesti Reflexiva. **Revista Periódicus** v.2, n.1, 2015. BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n.26, 2006. p.329-376

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

CAVALCANTE, Alexandre. A formação do CNCD/LGBT: uma análise a partir da literatura de políticas públicas. Bauru, **RIDH**, n. 4, p. 211-226, jun. 2015.

CARVALHO, Mário. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “Muito prazer, eu existo!”: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. 261f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

CARRARA, Sérgio. “Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo”. **Bagóas**. n.05. 2010. p. 131-147.

COLLING, Leandro. O que a política trans do Equador tem a nos ensinar? In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos 9**, 2010. Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2010, p. 1-10.

DÍAZ, Elvira Burgos. “Desconstrução e subversão: Judith Butler”. **Sapere Aude – Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 441-464, jul. 2013.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência**. 2009. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre, Artmed, 2006, pp.345-362.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael Mérida. **Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icária editorial, 2002, pp. 141-172.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.).

Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz. (org.), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Porto Alegre: DP&A, 2006.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual.** Barcelona: Editora Sage, 2000.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 Anos do Programa Brasil Sem Homofobia: Notas Críticas. *Temporalis*, [S.l.], v. 2, n. 28, p. 193-220, nov. 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.*

Goiânia: **Ser-Tão**, 2012. Disponível em:
[http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA %C3%87%C3%95ES_ POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989](http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 15 de julho de 2015

KULICK, Don. **Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes.** Chicago: University of Chicago Press, 1998.

KNUDSEN, Patrícia Porchat. “Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 161-170, Apr. 2010.

LEITE Jr, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico.** São Paulo: Annablume. 2011. 240 p.

LIMA, Ana Nery Correia. “EU MULHER NEGRA”: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas. Anais do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Natal, 2013. 3363p.

LIMA, Ana Nery Correia. A interseccionalidade de gênero e raça na compreensão da categoria “Mulheres Negras”. Anais da IV Reunião Equatorial De Antropologia E XIII Reunião De Antropólogos Do Norte E Nordeste. 04 A 07 De Agosto De 2013, Fortaleza-CE. Disponível em: http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/18_trabalho_001037_13738_48873.pdf Acesso em: 20 de junho de 2015

LOPES, Iziz Moraes. Quem pode definir os critérios de original e de cópia?: Sobre ser mulher nos debates entre feministas radicais e transfeministas em 2012. **PÓS**, v. 13, n.1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/download/12440/8668>. Acesso em: 02 de julho de 2015

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e Teoria *Queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n.18, p. 248-285, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12.pdf>

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, California, v. 24, 1995, pp. 95-117

MARCUS, George. Etnografia em/del sistema mundo. El surgimento de La etnografia multilocal. **Alteridades**, v. 11, p. 11-127, 2001.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PREDROSA, Claudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de

universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. n.9. 2011. pp.7-28.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. “Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil”. **Sociedade e Estado**., Brasília , v. 27, n. 2, p. 289-312, Aug. 2012 .

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a questão das diferenças. In: 16 Congresso de Leitura do Brasil (COLE), 2007, Campinas. No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las. Campinas: ALB Associação de Leitura do Brasil, 2007. v. 1. pp.1-19.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. n.21, Porto Alegre, 2009.

MISKOLCI, Richard. Novas Conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN**, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: Da estética da existência foucaultiana à política Queer. In: Luis Antonio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães (Org). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília. Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. iv, 218 p. 47-68

MISKOLCI, Richard. Do armário à discrição? Regime de Visibilidade sexual das mídias de massa às digitais. In: PELUCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede: Gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015, 272p.

MISKOLCI, Richard; BELELI, Iara. Apresentação do Dossiê: Percursos Digitais: Corpos, Desejos, Visibilidades. **Cadernos Pagu**, n44, janeiro-junho de 2015.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no Governo Lula. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 29, n.71. 2005. p. 284-304.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro and FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias** [online]. 2007, n.17, p. 124-157. Disponível em: www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17.pdf

OCHOA, Marcia. “Ciudadanía perversa: divas, marginación y participación en la ‘localización’”. En Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 239-256. 2004.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. 264p.

PELÚCIO, Larissa & MISKOLCI, Richard. “A Pesquisa Social na Era das Mídias Digitais: Desafios Teóricos e Metodológicos nos Trabalhos com Sexualidades”. Trabalho apresentado durante do II Desfazendo Gênero, no Simpósio Mídias Digitais, Práticas Culturais e Dissidências de Gênero. Salvador, setembro de 2015.

PERES, William. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. 2005. 298f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PIENIZ, Mônica. Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual. **Revista Elementa. Comunicação e Cultura**. Sorocaba, v.1, n.2, 2009.

POLÍTICA NACIONAL DE DST/AIDS: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES. Coordenação Nacional de DST e Aids. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. p. 90

PRIMO, Alex . O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E- Compós**. Brasília, v. 9, p.

1-21, 2007.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. 191 p.

REIS, Carla Freitas dos. Io. Encontro de homens trans do norte e nordeste – da Invisibilidade ao primeiro encontro. Anais do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Natal, 2013. 3363p.

RIBEIRO, José da Silva. Contributos para a Antropologia na Era Digital. In: Anais do III Congresso Online - Observatorio para la Cibersociedad: Conocimiento abierto, Sociedad libre. GT: Etnografías de lo Digital, 2006.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004. 273 p.

SCOTA, Daniel Fernando; ANDRADE, Gil Eduardo; XAVIER, Rafael da Costa.

Configuração de Rede sem Fio e Segurança no Sistema Operacional Android. Disponível em: <http://www.ppgia.pucpr.br/~jamhour/RSS/TCCRSS08B/Daniel%20Fernando%20Scota%20-%20Artigo.pdf>

SIBILIA, Paula. **O show do eu: A intimidade como espetáculo**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro. 2008. 286 p.

SILVA, Cristina Luci Câmara. Ativismo, Ajuda-Mútua E Assistência - A atuação das organizações não-governamentais na luta contra a AIDS. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. 272f.

SILVA, Hélio. **Travesti: A invenção do Feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Duramá: ISER, 1993. 176p.